

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Comunicação e Expressão
Curso de Jornalismo

*No encalço de Aleixo Garcia – a ressignificação da jornada épica do náufrago
português, pedalando pelo Caminho do Peabiru*

categoria: grande-reportagem

suporte: texto

semestre: 2005/1

Fernando Stern Angeoletto
professor-orientador: Henrique Finco

Florianópolis, 24 de junho de 2005

*“Minha vida é andar
por este país
pra ver se um dia descanso feliz...”*

Agradecimentos

Aos meus pais, por um dia terem me dado a Caloi Cross azul;

Ao meu irmão, Fábio, por influenciar-me a romper fronteiras;

Ao meu orientador, Henrique Finco, por acreditar no projeto;

À escritora Rosana Bond, fonte preciosíssima, pela humildade com que sempre me recebeu;

A todos os colegas apaixonados pelo Peabiru, por compreenderem a importância de peregrinar;

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para minha viagem de bicicleta pelo Caminho do Peabiru;

Ao colega de viagem e de profecias, Luiz Pereira;

A meus amigos do peito, minha verdadeira família em Florianópolis, pelas festas, viagens, gargalhadas, e por me apresentarem facetas da vida que jamais conheceria numa sala de aula: Dudu, Zeca, Tiagão, Cesinha, Paulinha, Cacá, Jou, Julinha, Danny, Rafa Baró, Ale, Kamille, Nuno, Clarissa, Rodrigo, Rafito, Betão, Ninno, Nonino, Danilo, Renata, Renatão, Gui do Cangaia, Meninas da Barra, e tantos outros...

Vida longa e plena pra todos vocês!

Sumário

Primeiras Palavras.....	5
Capítulo I – Da Passarela do Samba ao Caminho do Peabiru.....	10
Capítulo II – Rio Itapocu, a porta de entrada para os Andes.....	15
Capítulo III – Atravessando o Paraná.....	20
Capítulo IV - Paraguai, mundo guarani.....	29
Capítulo V – Últimas andanças, pela Bolívia.....	37
Capítulo VI – Um panorama do I Encontro Internacional (II Encontro Nacional) dos Estudiosos do Caminho do Peabiru.....	45
Anexo I – Mapa da viagem.....	51
Anexo II – Detalhamento diário da viagem.....	52
Anexo II – Samba-enredo 2005 da Escola de Samba Consulado.....	54
Bibliografia.....	55

Primeiras Palavras

Sempre fui fascinado por bicicleta. Não lembro ao certo da primeira que tive, mas recordo de uma que era especial. A começar pela forma com que me foi presenteada. Cheguei a ela seguindo um divertido guia, espécie de “mapa da mina”, elaborado por meus pais.

Acabei percorrendo outros mapas com aquela Caloi Cross azul. Sem sair do quintal, pedalava em incontáveis voltas pela casa e assim viajava para lugares diversos, fosse visitar um tio em outra cidade, ou para o litoral, bem distante do interior onde eu vivia, ou mesmo para destinos onde só a imaginação de uma criança pode chegar. Aos poucos passei a percorrer, de verdade, meu bairro, depois outros bairros, o centro da cidade e, não demorou muito, as cidades vizinhas também. Jamais imaginava o que era cicloturismo; porém, mesmo sem saber, já o estava praticando.

Quando adolescente, pela primeira vez fiz o que se pode considerar uma viagem completa. Levei na “magrela” apetrechos suficientes para dormir duas noites fora de casa. Inexperiente, tinha uma bagagem tão pesada - cheguei ao absurdo de querer levar um isopor com carne congelada - que a bike arriou quando preendi a carga. Mesmo desistindo do isopor, meu veículo a pedal ficou bastante instável, causando grandes sustos toda vez que um caminhão me ultrapassava.

A estréia desastrada não causou traumas. Desde então, viagens de bicicleta tornaram-se uma prática constante. Quando mudei do interior do Paraná para Florianópolis, conheci muitas pessoas que partilhavam da mesma paixão. Compartilhamos idéias e projetos, dividimos experiências num sem-fim de pedaladas, sob chuva ou sol, sobre areia, lama ou subida íngreme, nos campos, matas ou litoral.

Mais que simples lazer, considero o cicloturismo uma forma de obter conhecimento - até prefiro chamá-lo de cicloviagem, assinalando a diferença em relação a viagem de turista, cuja finalidade divertir-se ou descansar. Para o viajante de bicicleta, baixa velocidade e maior contato com o ambiente são catalisadores de um concreto saber, absorvido durante as mais variadas situações.

Em 2002, pedalei pelos 700 km que separam Ouro Preto (MG) de Parati (RJ). O percurso foi pela hoje famosa Estrada Real, antigo escoadouro de ouro e prata entre Minas

e o Atlântico, de onde os metais partiam para sustentar a coroa portuguesa. Naquele ano, um projeto de turismo cultural consolidava-se baseado no resgate histórico da rota. Usei a cicloturismo como um fio condutor, que me levava ao encontro dos fatos históricos e atuais daquele caminho. No retorno, condensei as experiências numa longa reportagem.

Passei a enxergar as viagens de bicicleta como metodologia para o exercício de um Jornalismo específico, permeado por História, Geografia, Antropologia. Decidi por um Trabalho de Conclusão de Curso nestes moldes. E o destino, pródigo amigo, acabou por me presentear com um tema tão pertinente quanto o Caminho do Peabiru.

Já tinha ouvido algo sobre ele, sem dar-lhe muita importância. Ao mesmo tempo, buscava assunto que pudesse ilustrar uma grande cicloturismo jornalística. Num descontraído bate-papo de fim de semana, o amigo Luis Pereira sugeriu - por que não o Peabiru? Veio a luz: na hora declarei que percorreria, de bicicleta, o tal Caminho. Nem sabia ainda por onde passava, qual a sua extensão, ou se realmente aquela quase mitológica estrada havia existido.

As respostas foram buscadas em livros, principalmente os que tratam da História sul-americana no século XVI. Muito antes da colonização branca na América, uma imensa vereda, servida por ramais menores, atravessava o sul do continente. Apesar de conhecido no singular, o Caminho constituía, na verdade, o que se convencionou chamar de “sistema viário”. Tal conjunto unia a costa brasileira, desde pontos que hoje correspondem a Florianópolis (SC) e São Vicente (SP), ao atual Peru, passando por Paraguai e Bolívia.

Gigante adormecido, o ancestral Peabiru lentamente desperta de séculos de hibernação, a partir de um processo de resgate histórico iniciado em meados da década de 90. Mais importante estrada transcontinental pré-colombiana, rota de São Tomé em sua missão evangelizadora pelo Novo Mundo, trilha sagrada dos guaranis na busca da Terra sem Mal. As pesquisas apontam muitas versões quanto à sua origem e uso, mas vários autores concordam num ponto: o Caminho seguramente foi trilhado em duas, entre outras, curiosas expedições no início dos anos 1500. Seus protagonistas, o português Aleixo Garcia e o espanhol Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, carregam em suas histórias algumas coincidências, embora tenham tido trajetórias de vida diversas.

Ambos experimentaram o gosto amargo de um naufrágio, mas com desfechos bem distintos. Garcia afundou próximo à atual Ilha de Santa Catarina. Ele tripulava um dos

barcos que retornavam de uma malfadada missão espanhola, em 1516, cuja meta era tomar posse do rio da Prata. Sobrevivente, nadou até a praia e chegou possivelmente à Ilha, um local de muita fartura e índios amistosos, os carijós. Ali teria vivido por cerca de seis anos, amou índias, teve filho. Já Cabeza de Vaca, que naufragou na costa da América do Norte, foi recepcionado de forma hostil pelos aborígenes. Inicialmente escravizado pelos nativos, caminhou oito anos, por terras hoje pertencentes aos Estados Unidos, até encontrar seus patrícios naquelas bandas pouco exploradas.

Ao retornar à Espanha, de Vaca recebeu o cargo de *adelantado* - equivalente a governador - da Província do Prata, possessão espanhola que abrangia a porção meridional da América do Sul recém-descoberta. Para assumir a função, navegou do seu país até a Ilha de Santa Catarina. A partir dali comandou, em 1541, uma caminhada épica até a sede da Província, em Assunção (Paraguai).

Foram os índios guaranis, conhecedores e usuários do Caminho do Peabiru, que conduziram Cabeza de Vaca. Por volta de 1524, Aleixo Garcia também teve o indispensável apoio indígena quando aventurou-se a percorrer, a pé, a imensidão que separa a Ilha de Santa Catarina do altiplano andino, onde viviam os incas. Marinheiro raso, Garcia empreendeu a façanha sem contar com a ajuda oficial de seu país, Portugal. Tampouco foi auxiliado pela Espanha, para a qual trabalhava quando naufragou. Motivado por provas concretas do Eldorado cedidas pelos carijós, somadas à confiança de que conheciam o caminho até lá, Garcia não teve dúvida: foi pessoalmente conferir se era verdadeiro o faustoso local.

Entre fevereiro e abril de 2005, percorri 2500 km de bicicleta, partindo de Florianópolis para chegar a Potosi, no altiplano da Bolívia. O trajeto, na verdade, foi bem maior, complementado por viagens de trem, barco e caronas de caminhão. Assim refiz por completo a jornada de Aleixo Garcia. Não para buscar ouro e prata, mas visando outro tesouro: encontrar elementos de um contexto histórico adormecido, quase esquecido.

Tive razões pessoais para escolher Aleixo Garcia, a começar pela dimensão de epopéia da sua viagem. Interessei-me, ainda, por haver sobre ele tão poucos estudos, embora seja considerado o descobridor do Paraguai e do império inca. Eu o adotei como personagem-guia, mas sem excluir a atenção aos fatos da viagem de Cabeza de Vaca, narrados em pormenores no livro *Comentários*. As seculares migrações dos guaranis,

maiores protagonistas das andanças pelo Caminho, também foram abordadas.

Cerca de um ano antes de partir, iniciei os preparativos, através de leituras sobre o Peabiru, conversas com pesquisadores, buscas pela Internet. Ao mesmo tempo elaborava um projeto visando patrocínio. Para este fim, apresentei o propósito e a organização da viagem num *website*, construído com a ajuda de amigos. O espaço virtual, entretanto, acabou transformando-se num diário de bordo eletrônico. Como a elaboração do *site* contemplava descomplicadas atualizações, pude carregá-lo com fotos e reportagens ainda durante a viagem.

A partida foi marcada para o Carnaval de 2005, após o desfile da Escola de Samba Consulado, cujo enredo prestaria homenagem, por coincidência, a Aleixo Garcia e ao Peabiru. Dois meses antes, os amigos Luis Carlos Pereira e Milton Vieira aderiram à viagem. Foi um novo estímulo ao projeto, embora eu já estivesse quase conformado em ter de viajar sozinho.

Pereira, ágil como um garotão de vinte, esbanja saúde aos 47. Voltou a ter uma bicicleta há pouco tempo, mas sua ligação com as pedaladas é antiga. No começo dos anos 80, ele já treinava de *speed* (bicicleta de competição) pelas ruas da capital catarinense. A bordo da “magrela”, Luis selou uma paixão. Pedalou 200 km em um dia, de Florianópolis a São Francisco do Sul, onde morava a noiva, para pedi-la em casamento. O sogro, ao saber que o veículo do pretendente era uma bicicleta, resistiu a entregar a mão da filha. O certo, porém, é que Luis e Ana Maria Pereira estão casados até hoje, e esta história aconteceu em 1981.

Milton Vieira, popularmente conhecido como Carocha, trabalha como jardineiro no campus da Universidade Federal de Santa Catarina. Recentemente, com 40 anos, experimentou uma curta viagem à pedal, e gostou. Para ampliar seu prazer, comprou uma respeitável bicicleta: quadro de alumínio, freios a disco, 28 marchas, ciclocomputador de dez funções. O acaso, entretanto, acabou frustrando o sonho do Carocha de deslizar com sua “magrela” pelo Peabiru. Já o Pereira foi companheiro até metade da viagem, entre Florianópolis e Cidade de Leste, no Paraguai.

Acabei esmorecendo um pouco frente à penosa tarefa de levantar patrocínio. Decidi empregar na viagem o pagamento que receberia por oficinas de foto-educação prestadas, no final de 2004, a professores do ensino fundamental. Ocorre, porém, que o contratante do

serviço jamais me pagou. Como já era tarde para recorrer aos patrocinadores, cheguei a uma complicada situação: na véspera da partida, minha carteira acusava um saldo de R\$ 2,00.

Um colega dizia: “você vai passar fome, é melhor adiar a partida”. Outra colega: “nas próximas festas, vamos fazer duas vaquinhas: uma para comprar cerveja, outra para arrecadar grana para te mandar”. Mesmo sem dinheiro, jamais passou pela minha cabeça desistir da expedição. No mesmo dia em que constatei o vergonhoso saldo, Luis Pereira recebeu um telefonema. Era sua prima, Catarina Rüdiger, nos parabenizando pela iniciativa da viagem. Integrante da Associação dos Amigos do Caminho de Santiago de Compostela, Catarina é uma grande entusiasta de caminhos históricos.

Sensibilizada com a falta de patrocínio, ofereceu-me uma pequena colaboração em dinheiro. Assim, considerados outros apoios não-financeiros recebidos, já tinha plenas condições de partir. Ademais, todas as outras coisas de que necessitava, inclusive mais dinheiro, consegui durante a viagem. Neste mundão, há solidariedade de sobra para quem viaja de bicicleta – principalmente quando, como no nosso caso, leva-se na bagagem um projeto de pesquisa e disposição de sobra para realizá-lo.

Capítulo I - Da Passarela do Samba ao Caminho do Peabiru

Jamais imaginei desfilar numa Escola de Samba. Empurrando meu próprio veículo alegórico, então, nem pelos sonhos mais desconexos me havia visitado o pensamento. Porém, em pleno Carnaval 2005 de Florianópolis, desfilando com dois parceiros e nossas bicicletas repletas de bagagem, esta cena não imaginada de fato aconteceu.

As *bikes* com alforjes (bolsas laterais) coloridos, ciclocomputadores, faróis e outros penduricalhos, bem longe de serem alegorias, eram os veículos que iriam nos levar à terras distantes, nas alturas dos Andes. Toda a bagagem era verdadeira - não tufos de jornal, como pensavam alguns incrédulos, mas sim roupas, ferramentas, alimentos, material de estudo, equipamento fotográfico. Da Passarela do Samba Nego Quirido, onde mulatas, bateria e carros alegóricos encenavam a viagem de Aleixo Garcia pelo Caminho do Peabiru, partiríamos de bicicleta, findado o desfile, para refazer o trajeto e a história contados pelo enredo.

Levando em conta o resultado da competição carnavalesca, o tema “Da Terra Sem Mal ao Império do Sol - o Eldorado de Aleixo Garcia” foi uma acertada escolha da Escola de Samba Consulado. Vitoriosa com 179,9 dos 180 pontos possíveis, encerrou um jejum de 11 anos levando à Passarela um certo português que, no século XVI, partiu a pé da Ilha de Santa Catarina – Meieimbipe, na língua dos carijós - e chegou até as terras incaicas, onde o fantástico Eldorado superava o mito e mostrava-se como plena realidade.

Foi por insistência de Antonio Gracindo de Oliveira, militar aposentado cuja paixão pelo Carnaval ultrapassa décadas, que Aleixo Garcia foi transportado do passado para a mais popular das festas. Na companhia do filho, Sandro de Oliveira, seu Gracindo elaborou o enredo que devolveu a vitória à Consulado. Até que estreasse na Avenida, porém, a idéia de um tema histórico ainda percorreria longo percurso.

Nascido em Ladário (MS), Antonio Gracindo é filho de oficial da Marinha. Devido ao ofício do pai, foi morar desde cedo no Rio de Janeiro. Ali iniciou-se nos contatos com a folia-de-momo. Frequentava os ensaios das Escolas mais tradicionais, “para festar e paquerar”, mas algo sempre lhe chamava a atenção: os enredos e a forma como eram carnavalizados.

Há 27 anos, seu Gracindo casou-se e escolheu Florianópolis para viver com a

esposa, outra foliã de carteirinha. Brincavam na Consulado desde 1976, quando esta, antes de atingir o status de Escola de Samba, era um bloco carnavalesco ligado a funcionários da estatal Eletrosul. Gracindo transitou também por outras Escolas. Construiu enredo em homenagem a Monteiro Lobato para a Unidos da Coloninha; atuou como tesoureiro da Protegidos da Princesa.

Em 1997, afastou-se dos carnavais, por dois anos, para exercer o cargo de auxiliar do adido militar brasileiro no Peru. Na ocasião, esteve três vezes em Macchu Picchu, e o interesse pelos incas foi conseqüência inevitável das visitas. Sonhava em trazer a cultura andina ao Carnaval de Florianópolis. Entretanto, desconhecia qualquer ligação entre a capital catarinense e o povo que venerava o sol. Como os enredos escolhidos geralmente abordam tradições da cidade, imaginava que seria impossível elegerem um tema tão distante da realidade local.

O sonho do seu Gracindo começou a tomar forma depois que o filho Sandro lhe apresentou *A Saga de Aleixo Garcia - o descobridor do império inca*, da escritora paranaense Rosana Bond, residente há muitos anos em Florianópolis. Na obra, pai e filho encontraram o elo que precisavam para justificar a presença inca num enredo “manezinho”. O conteúdo do livro o aproxima de um romance, dada a ocorrência de naufrágios, tesouros, assassinatos. Mas narrativa é verídica, balizada por pesquisas históricas e protagonizada por Aleixo, a quem os índios carijós confiaram o segredo da estrada que levava a um povo de abundantes riquezas em ouro e prata.

Estrada e povo eram, respectivamente, o Caminho do Peabiru, usado pelos índios guaranis desde tempos pré-colombianos, e os Incas, a lendária civilização que habitava os Andes e legou à humanidade suas indelévels obras de pedra. De forma extra-oficial, o Aleixo Garcia trilhou o Peabiru a pé, partindo dos arredores de Meimbipe com centenas de índios. Chegou ao território incaico quase uma década antes do espanhol Francisco Pizarro, descobridor e um dos maiores responsáveis pela destruição daquelas paragens.

Pois com uma história destas, inédita, repleta de aventuras e comprovadamente atrelada às origens de Florianópolis, seu Gracindo estava convencido de que tinha ingredientes à altura de um grandioso enredo, e assim o fez. Ao apresentar a proposta para a Consulado em 2003, contudo, recebeu uma negativa. Muito interessante o assunto, diziam os diretores, mas oneroso demais para a Escola o representar. Só mudariam de idéia

um ano depois.

Se soubesse o risco que corria, talvez a Consulado não vacilasse tanto. Uma Escola de Samba paulista chegou a procurar seu Gracindo, oferecendo-lhe estimulante quantia pela idéia, mas ele recusou. “Meu coração bate por Florianópolis”, justificou. Como a Consulado amargava uma crise nas finanças, Antonio Gracindo de Oliveira e seu filho acabaram não recebendo dinheiro algum pelo enredo. Mas declararam-se satisfeitos, já que um sonho pessoal, somado aos esforços de pesquisa de ambos, transformou-se no vitorioso espetáculo.

Muito além de pura diversão, o Carnaval, na opinião de seu Gracindo, é uma boa oportunidade para educar o povo. Daí a maior responsabilidade de um enredo baseado na História. Mais que produzir alegorias, sua elaboração deve buscar a fidelidade aos fatos narrados, e trazer elementos que os comprovem.

As alas do desfile, previstas na criação do enredo, obedeciam uma seqüência cronológica. Primeiro, a encenação do naufrágio, explicando de onde vinha Aleixo Garcia. Depois, a vida do gajo na Ilha; sua viagem pelo Peabiru; a chegada à Terra do Sol. Para fechar o desfile, dois grupos que, calculadamente, trariam mais um lastro de credibilidade àquela saga alegorizada.

A penúltima ala era composta por mergulhadores, fantasiados a caráter, do PAS (Projeto de Arqueologia Subaquática, sediado na praia dos Ingleses, em Florianópolis), ONG que localiza naufrágios e pretende encontrar o barco que transportava Aleixo. Na última ala, pouco mais de 30 pessoas desfilavam sem fantasia e, apesar de muito empolgadas, não escondiam a falta de familiaridade com o samba.

Era a ala dos “Estudiosos do Caminho do Peabiru” - justamente onde desfilamos, sambando com nossas abarrotadas bicicletas alegóricas, prontos para trilhar o Peabiru tão logo terminasse a Passarela. Coube à escritora Rosana Bond, cujo livro serviu de inspiração ao enredo, organizar o grupo dos Estudiosos. Os integrantes - pesquisadores, turismólogos, cientistas e professores - identificavam-se pela mesma camiseta branca. Na frente do traje, desenhos de confete e serpentina e o brasão da Consulado. Nas costas, o título do enredo, um jarro guarani, uma estatueta inca e o possível rosto de Aleixo Garcia, que mais parece um sócio de Jesus Cristo. Esta camiseta, sem que planejássemos, iria se tornar uma espécie de uniforme oficial durante a cicloviagem.

Carocha, parceiro da viagem, não sambou com sua “magrela” pela Avenida. Morador da Caieira do Saco dos Limões, bairro-sede da Consulado, há anos compõe o time que empurra os carros alegóricos da Escola. Naquela noite não seria diferente. Coube a outro colega, Eduardo Green, conduzir a bicicleta enquanto o dono dela dedicava-se ao trabalho de bastidores.

A madrugada já avançava quando entramos na Passarela do Samba Nego Quirido. Na verdade, a maior parte do tempo é gasta na concentração. Não durou mais que meia hora o tempo em que nos expusemos efetivamente ao público. Sensação indescritível fazer parte da grande festa e, ao mesmo tempo, estar pronto para explorar o longo e desconhecido caminho.

Encerrado o desfile, a constatação: é hora de partir. Ainda cogitamos voltar para casa, para descansar um pouco do samba que havia nos consumido as energias. Mas, de acordo com a idéia inicial, ponderamos que era melhor ir para a estrada logo de uma vez. O Caminho era longo; o tempo, nem tanto.

Para o colega Carocha, a viagem se resumiu a um passeio na madrugada até a BR-101. Lá chegando, anunciou que havia desistido. Suas economias eram escassas e, além do mais, preocupava-se com a esposa, grávida do sexto filho do casal. Foi comovente a desistência do companheiro. Sempre que conversávamos sobre a grande viagem de bicicleta, seus olhos brilhavam, como os de criança. A concretização do seu sonho, porém, teve que ser adiada.

Após as despedidas, Pereira e eu seguimos em frente. Nesta primeira etapa, pedalamos pela BR 101. A meta inicial foi cumprir o trecho costeiro do Peabiru, entre a Ilha e Barra Velha, no litoral norte catarinense. A partir dali, a rota despede-se do Atlântico e mergulha no continente, a oeste.

Há poucos estudos sobre o Peabiru nos arredores de Florianópolis. Supõe-se que da atual capital catarinense partia um ramal do Caminho, porém há pouca precisão quanto ao traçado, principalmente entre a Ilha de Santa Catarina e o rio Itapocu (Barra Velha). Mas há uma lógica simples para inferir sobre a localização da trilha: quem caminha, geralmente procura o fazer pelo caminho menos árduo.

Assim, o caminho entre certas praias catarinenses, contornando costões e matas mais densas, era trilhado pelos indígenas e pode ser considerado parte do sistema Peabiru.

É o que arrisca a escritora Rosana Bond, amparada em consultas a historiadores e arqueólogos. Por outro lado, a construção da própria BR-101 pode ter solapado o leito de caminhos indígenas pré-existentes, como sugere Deise Lucy Montardo, mestre em arqueologia, em depoimento prestado à Rosana Bond. A mais famosa rodovia brasileira, portanto, teria o Peabiru sob seu asfalto.

Na medida que raiava o dia, aumentava nossa cansaço pós-carnavalesco, e não fomos muito longe. Pedalamos cerca de 30 km, até o Balneário São Miguel (na cidade vizinha de Biguaçu), onde uma reserva indígena foi o local do primeiro acampamento. Descansamos poucas horas, o suficiente para uma rápida recarga nas baterias corporais. Depois encaramos um sol forte até a cidade de Itajaí.

Lá chegando, tivemos calorosa recepção pelo casal de amigos Gustavo e Xanda, com direito a lasanha no almoço. Tínhamos realizado uma das tarefas mais difíceis: partir. Com todas as dificuldades, com poucos recursos, mas não importava. Havia um forte propósito, “ambição visceral”, conforme escrevi no diário de viagem. Percorrer uma rota histórica, ir ao enalço de um personagem quase mítico, traçar analogias entre a saga dele e a nossa.

Na manhã seguinte, depois de um banho de mar, as alvíssaras: “sua Escola de Samba foi campeã”, contou-me a Xanda. Seguimos radiantes, pedalando e cantando o samba-enredo. Prorrogamos o Carnaval quaresma adentro.

*“Pode aplaudir, cantar, sambar
que a Consulado vai passar
do Caieira vem essa magia
o Eldorado de Aleixo Garcia
e novamente aquele show de bateria...”*
(letra completa na página 54)

Capítulo II - Rio Itapocu, a porta de entrada para os Andes

Era quase noite quando chegamos ao rio Itapocu, próximo à Barra Velha. Os últimos raios de luz tingiam de prata um pequeno afluente - convite à fotografia. Enquanto enquadrava a cena, um pescador, que acabava de chegar num pequeno barco, ofereceu-nos seu quintal para acampar. Aceitamos.

Os momentos de pouso talvez sejam os mais marcantes de viagens deste tipo. Cada final de tarde é singular: sempre um lugar novo, sempre uma pessoa desconhecida a quem pleiteamos um chão seguro para a barraca ou, melhor ainda, um teto sob o qual esticamos os sacos de dormir. Dependendo da situação, este momento pode oscilar entre uma boa surpresa ou uma grande furada.

À beira do rio Itapocu, o pescador, que morava em Joinville e só aparecia por ali nos fins de semana, mostrou-nos o quintal. Montamos barracas, fizemos o jantar, tomamos cerveja com o anfitrião. Na sua casa, hospedava também um casal com duas filhas pequenas. Nossa presença parece ter desagradado o marido, que passou a discutir com a esposa. No meio do imbróglio a filha menor, assustada, ganhou a rua em prantos. Os pais nem perceberam. Por sorte a irmã maior a trouxe de volta.

Constrangidos, tratamos logo de entrar nas barracas para dormir. Bem cedo, desmontamos acampamento e rumamos à barra do Itapocu, rio que figura em diversos relatos históricos como um antigo marco de acesso para Assunção, a partir do litoral norte catarinense. Por ali, tanto Aleixo Garcia quanto o *adelantado* Cabeza de Vaca teriam infletido suas trajetórias para o interior do continente. Assim afirmava, dentre outros autores, o emérito historiador Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Visão do Paraíso*.

Como Garcia não deixou relato escrito da jornada, a obra *Comentários*, ditada por Cabeza de Vaca ao escrivão Pedro Hernandez e publicada pela primeira vez em 1555, é um dos registros mais relevantes sobre o itinerário do Caminho do Peabiru. Segundo o livro, o *adelantado* e sua tropa tomaram, ao partir de Meimbipe, um percurso distinto do feito por Aleixo: enquanto este teria seguido por terra, aqueles deixaram a Ilha por mar. No Itapocu, desembarcaram 250 soldados, 26 cavalos, dois frades, uma quantidade não declarada de índios e todos os apetrechos necessários para iniciar a caminhada rumo ao Paraguai.

Esta versão, entretanto, é contestada pelo professor de geografia aposentado Olavo

Raul Quandt, de Joinville. Causando polêmica entre os pesquisadores, Quandt afirma em sua obra *Peabiru, o Caminho Velho* que o Itapocu é um equívoco, pois o acesso ao interior estaria mais ao norte, na Baía da Babitonga (São Francisco do Sul-SC). Para o professor, a tímida barra do rio Itapocu, desprovida de porto ou águas abrigadas, não comportaria um desembarque tão grande quanto o efetuado por Cabeza de Vaca. Em *Comentários*, de fato não há pormenores sobre esta operação, o que deixa o assunto envolto em dúvidas.

Porém, os pesquisadores que consideram o Itapocu como a porta do sertão tem no mínimo outros dois bons argumentos para a tese. Em *Comentários*, conta-se que o capataz Pedro Dorantes, a mando do *adelantado*, foi uma espécie de batedor da expedição. Em relato ao chefe, Dorantes afirmava que era mesmo pelo dito rio que se faziam as entradas, conforme instruções que recebera dos índios guaranis na viagem de 3 meses que fez para localizar o Caminho.

Outro respaldo vêm de um documento obtido pelo pesquisador João Carlos Mosimann, autor de *Porto dos Patos*, livro sobre a história de Santa Catarina nas primeiras décadas do Descobrimento. Obtido no Arquivo Geral de Índias, na Espanha, o documento registra a declaração de Juan Sanchez de Vizcaya, piloto da expedição de Cabeza de Vaca. Ele afirmando que a entrada era mesmo pelo Itapocu e que, realmente, aquele era um rio desprovido de porto.

Ao deixarmos pela manhã a casa do pescador, pedalamos por uma tranqüila estradinha de areia que margeia o rio Itapocu, em direção à foz. Antes de lançar-se ao mar, ele desemboca numa lagoa estreita e comprida, paralela à praia. O canal que une lagoa e oceano, antigamente situado na altura de Barra Velha - daí o nome do município - hoje localiza-se seis quilômetros a norte da cidade. Devido a esta transformação geográfica, fica ainda mais difícil inferir sobre o vultoso desembarque de Cabeza de Vaca.

Como se vê, a questão é delicada, e a verdade absoluta ninguém tem. Entretanto, optamos pelo Itapocu, pois a maioria das publicações o aponta como início do Peabiru em Santa Catarina. O vale do rio forma uma extensa planície, que nos exigiu pouco esforço no deslocamento. Pedalando por ali, as montanhas nos parecem pequenas e bem distantes, perdidas no horizonte. Nesta larga "avenida", o rio funciona como um guia natural. Lamentavelmente, porém, boa parte de sua mata ciliar cedeu espaço a bananais e arrozais.

Jaraguá do Sul, famosa pelas indústrias têxteis e mecânicas, instalou-se e cresceu

na margem do rio. Ali vive José Alberto Barbosa, advogado e ex-professor da UNERJ (Centro Universitário de Jaraguá do Sul), um dedicado estudioso da região há mais de 30 anos. Suas pesquisas envolvem Geografia, História e etimologia da língua guarani. Desde criança, toda vez que via um nome indígena, tomava nota para posterior investigação. Tamanha curiosidade o levou a constatar que existem nada mais, nada menos que 138 versões para o nome Itapocu. A versão mais antiga, "Rio da Pedra Alta", é atribuída ao piloto Juan Sanchez de Vizcaya.

Para Barbosa, o livro *Comentários* e a existência de sítios arqueológicos de tradição tupi-guarani ao longo do Itapocu - alguns datados em 1500 d.C., portanto contemporâneos às jornadas de Aleixo Garcia e Cabeza de Vaca - atestam a passagem do Caminho do Peabiru por Jaraguá. Levando em conta a presença destes sítios, o Caminho pode ser visto como um conjunto de segmentos, cada qual funcionando como um vetor de ligação entre aldeias amigas. Se tais núcleos indígenas de fato existiram, entretanto, não foram avistados por Cabeza de Vaca. Quando iniciaram a longa viagem, conta o *adelantado* em *Comentários*, andaram por “19 dias, passando por grandes montanhas e bosques, abrindo caminho por terra muito trabalhosa e desabitada”.

Apesar da arqueologia incluir os índios à história de Jaraguá, as referências aos nativos são ofuscadas pela memória do colonizador branco, como ocorre em tantas localidades brasileiras. No museu do Parque Malwee, rústicos implementos agrícolas, bicicletas antigas e veículos clássicos ocupam amplos salões e rememoram a saga alemã pela região. Aos índios, coube uma saleta com peças arqueológicas não datadas, dividindo o espaço, ironicamente, com garruchas, pistolas, espadas e até uma granada.

Ainda em Jaraguá, um jornal reportou a nossa viagem. O tradicional Correio do Povo, fundado em 1919, nos deu chamada de capa, meia página e a manchete “Ciclistas passam na região em direção à Bolívia”. Dar entrevistas a rádios e jornais, a partir de então, tornou-se uma tarefa constante. Contribuímos, pedalando pelo Peabiru, para torná-lo mais conhecido e estimular discussões a respeito dele.

A partir de Corupá - cidade famosa pela Rota das Cachoeiras, uma seqüência de 14 pujantes quedas-d'água cortando a Mata Atlântica - surgem os primeiros aclives da Serra do Mar. Subimos por uma estrada antiga, de terra. A recompensa por pedalar morro acima vinha com a pródiga paisagem, emoldurada pelos tímidos raios de sol, refletidos nos trilhos

e pontes de pedra de um antigo trem de passageiros.

Cansados da subida, acampamos no fundo de uma igreja, modalidade de hospedagem que foi recorrente na viagem. Não há beato que negue abrigo para dois peregrinos com um sócio de Jesus Cristo estampado nas costas. Mais de uma vez, confundiram a imagem de Aleixo Garcia desenhada em nossa camiseta com o ícone do cristianismo. Nas igrejas, sempre tínhamos um local seguro e coberto, além da infraestrutura de balcão, pia e churrasqueira dos salões de quermesse. Muito prático em viagens de bicicleta.

O segundo passo da Serra, subida relativamente leve de uns 10 quilômetros, fizemos por asfalto. Uma fauna de viajantes com a cara no vento - motoqueiros estilo Kawasaki Ninja, grupo de Harleyros, triciclos a moda *Hell's Angels*, e até mesmo turmas pilotando guerreiras CGs - passavam pela estrada quase que ininterruptamente. Mas foi outro viajante, em especial, que nos chamou a atenção. Cigano era seu apelido, por perambular de cidade em cidade, a pé, coletando resíduos sólidos que lhe garantem o dinheiro para seguir viagem.

Foi um prato-cheio para o meu companheiro de jornada, o Pereira, um ativista em projetos de reciclagem. Os resíduos, na sua concepção, devem ser vistos com novos olhos. “Lixo uma ova: matéria-prima de excelente qualidade” é um de seus geniais bordões. Ele coordena processos de compostagem - produção de adubo a partir de sobras orgânicas - em entidades filantrópicas e comunidades carentes de Florianópolis. Inventivo, está por concluir, no seu terreno na praia do Campeche, uma casa ambientalmente de vanguarda: ao invés de tijolos, as paredes são feitas de garrafa PET.

Chegamos ao topo da montanha quase juntos; o Cigano, no sentido contrário. No encontro casual, Pereira puxou papo. Conhece bem o universo dos catadores, que sempre padecem de preconceito nas cidades, apesar da relevância ecológica de seu ofício. Depois de ouvir as dele e contar as nossas histórias, demos ao andarilho bananas secas e um resto de cachaça, curtida em tonel de carvalho por 5 anos, que trazíamos do litoral. O colega peregrino agradeceu emocionado. Ultimamente, andava tomando o letal álcool de posto, para sentir mais leve o carrinho abarrotado de plásticos, papéis e latas que rebocava.

Terminada a Serra, chegamos, possivelmente, ao que Cabeza de Vaca chamava de Campo - onde, pela primeira vez depois de 19 dias de caminhada, havia encontrado

povoação. Nossos hodômetros já registravam quase 500 quilômetros; Santa Catarina ficava para trás. Logo entraríamos no Paraná, meu estado natal. Atravessá-lo de bicicleta me revelaria muitos detalhes que eu desconhecia sobre minha própria terra.

Capítulo III – Atravessando o Paraná

O ano era 1541. Ainda sem a ocupação branca, o território paranaense era então coberto por densa mata, entremeada por manchas de campo nativo não menos implacáveis com quem ousasse atravessá-lo. À selva inclemente, o capitão Cabeza de Vaca pagou tributos: 100 dos seus 250 homens teriam tombado diante das agruras na floresta, conforme assinalou Reinhard Maack, em *Geografia Física do Paraná*.

Maack, alemão que tornou-se, em meados do século XX, um destacado pesquisador da geografia e geologia do Paraná, confere à expedição do *adelantado* mais que um merecido atestado de bravura. Segundo suas pesquisas, deve-se à Cabeza de Vaca o “primeiro reconhecimento, em grande estilo, do interior paranaense.” À Aleixo Garcia, entretanto, Maack não dedica sequer uma linha. Talvez pela já mencionada ausência de registros escritos deixados pelo viajante, e também pelo fato dos estudos sobre ele terem sido tardios.

O “tronco principal” do Peabiru atravessa, paralelo ao Trópico de Capricórnio, quase todo o Paraná. Entramos no estado pela cidade de Rio Negro, sobre um dos “ramais” do Caminho. Neste ponto da viagem, assumimos o rumo norte - assim o fez Cabeza de Vaca, embora, segundo interpretações de historiadores, sua entrada no Paraná tenha sido um pouco mais a leste do que fizemos, na altura da cidade de Araucária. A tendência mais forte seria questionar: se o seu objetivo, Assunção, estava a oeste, por que motivos teria direcionado a jornada ao norte?

O autor Luiz Romaguera Neto, na obra *Erro Histórico e Outros Ensaios*, apresenta uma justificativa para a questão. A resposta estaria no Tratado de Tordesilhas: para Romaguera, Cabeza de Vaca seguia paralelo à linha imaginária estipulada no acordo, tomando posse, em nome da coroa espanhola, de tudo que estivesse à oeste do divisor. Outra versão sugere que a guinada a norte era, na verdade, um desvio das aldeias jês, etnia inimiga dos guaranis, que foram os guias tanto de Aleixo Garcia quanto de Cabeza de Vaca.

Continuando nosso curso, chegamos à cidade da Lapa num domingo ensolarado. Entramos por uma alameda de árvores frondosas, talvez centenárias. O calçadão central, bem mais largo que as avenidas paralelas, passa-nos a agradável sensação de que, ao menos

por ali, o ser humano precede os automóveis.

Em clima de passeio, pedalamos entre crianças, jovens, famílias inteiras que deixavam suas casas para compartilharem aquele convidativo espaço. Em meio a feirinhas de artesanato e vendedores de algodão doce, algo me despertou a atenção: placas de advertência, lembrando que ali era “proibido o trânsito de cavaleiros”.

Fosse no século XVIII, tais placas não teriam qualquer fundamento. Onde hoje repousa a bela alameda, nos anos 1700 passava o Caminho das Tropas. Cavaleiros tangiam centenas, às vezes milhares, de cabeças de gado Brasil acima. Vinham do extremo sul brasileiro, atravessavam Santa Catarina e Paraná, e tinham como destino São Paulo e Minas Gerais.

O português Cristóvão Pereira de Abreu, considerado o patrono da atividade, teria realizado a viagem inaugural do Tropeirismo em 1731. Em parte, Abreu pode ter se beneficiado de trilhas indígenas pré-existentes. É o que defende Henrique Schimidlin, assessor da Secretaria de Cultura do Paraná e coordenador de um projeto de resgate dos caminhos históricos no estado. Segundo suas pesquisas, trechos do Caminho das Tropas teriam sido assentados justamente sobre o Caminho do Peabiru, como ocorre em relação à BR-101 em Santa Catarina.

Enquanto buscava reconstituir a história de viajantes em tempos remotos, deparava-me, no Peabiru paranaense, com minha própria história. Aquela paisagem sempre me foi familiar: lavoura mecanizada, o soja invadindo os horizontes, os últimos resquícios de mata. Pedalando, ouvia nitidamente o canto de pássaros que me marcaram a infância. Como o tiziu, que canta e dá um pulinho ao mesmo tempo. Ou a pombinha fogo-apagou e a coleira, outras doces lembranças que o trecho pouco movimentado, entre Lapa e Porto Amazonas, me traziam.

Frustra-se quem pensa que, ao trilhar atualmente o Peabiru, tropeçará em ruínas, vislumbrará monumentos ancestrais, encontrará seguidamente informações históricas sobre o Caminho. Não há nada disso: para enxergá-lo, há que atentar-se à Geografia Física, à História, à Arqueologia. Do alto de um divisor de águas, mirando veios naturais que somem no horizonte, pode-se deduzir: seria por ali a antiga vereda? Confrontando-se um *insight* deste com livros, relatos, pesquisas, aos poucos a compreensão sobre os rumos dos índios e europeus, em suas épicas jornadas nos anos 1500, vai consolidando-se.

Os registros concretos são de fato bem mais recentes e, notadamente, ligados à história do homem branco. Quem visitar Carambeí, por exemplo, certamente terá a impressão de estar na Europa. Encontrará casas enormes, sem cerca ou muro, muitas delas ornamentadas pelos indefectíveis moinhos, lembrando a sólida presença holandesa naquela terra. A cidade vive ao ritmo da Batavo, a enorme indústria de laticínios fundada ali pelos imigrantes. Pedimos pouso num parque de exposições que, como quase tudo nos arredores, pertencia à Batavo. Fomos recebidos pelo capataz, seu Paulo, de modo bem hospitaleiro. Homem criado em fazenda, não sabia o que fazer para nos agradar, tamanha sua generosidade.

Em Castro, situava-se um ponto estratégico do Peabiru. Era uma espécie de entrocamento entre caminhos que vinham de São Vicente, litoral paulista, e de Florianópolis, constituindo, a partir dali, uma rota dirigida a oeste e classificada como “tronco principal” do Caminho. Este cruzamento também era sede de um dos maiores aldeamentos guaranis, denominado Abapany. Um dos bairros da cidade, antigamente chamado Morros, foi batizado como Abapan por decreto federal em 1943.

Mais do que o habitual fornecimento de víveres, Cabeza de Vaca teve outro precioso auxílio naquela grande aldeia. Narra o *adelantado* que ali encontrou-se com Miguel, índio natural do litoral brasileiro e já convertido ao cristianismo. O índio vinha de Assunção e, além de trazer notícias de lá, ofereceu-se como guia da expedição. Oferta aceita, o chefe achou por bem enviar seus condutores, os índios carijós, de volta ao litoral catarinense.

Durante toda a narrativa de *Comentários*, fica explícito o relacionamento deveras amigável entre os membros da jornada e os indígenas que encontravam. Em algumas passagens, Cabeza de Vaca sugere zelar constantemente pela amizade. Ele ordenava, por exemplo, que os contatos com os índios somente fossem feitos por pessoas habilitadas, evitando possíveis ofensas que poderiam desencadear um conflito. Também tratava de punir os que amedrontassem os nativos para explorá-los. Eles temiam os cavalos, bichos que nunca haviam visto, e por isso davam “galinha, mel e outras coisas de comer” aos cavaleiros como oferenda.

Era vital a amizade com os índios, responsáveis, em grande parte, pela subsistência do enorme contingente de caminhantes. Sobre o assunto, Paul Richard Miller, professor da

diciplina Origens da Agricultura (Curso de Agronomia - UFSC), coordenou a elaboração de um interessante ensaio por seus alunos. Publicado em *A saga de Aleixo Garcia*, o estudo, intitulado *Cozinhando para 2.000 pessoas no Caminho do Peabiru*, procura esclarecer como era possível alimentar tanta gente nas viagens pelo Caminho.

Supõe-se que Aleixo Garcia, acompanhado por cerca de 400 pessoas ao deixar Meimbipe, teve muitas adesões na jornada e sua tropa pode ter chegado a 2.000 índios - daí o número que compõe o título do artigo coordenado por Miller. No ensaio, calcula-se a quantidade de calorias exigida, por dia, de um caminhante. Levando em conta este resultado, se a reposição calórica fosse efetuada com raízes, estima-se que roças indígenas de 3.000 m² (meio campo de futebol) seriam sacrificadas para nutrir os famélicos em cada refeição. As dietas também valiam-se de pinhão, taioba, mel, farinha e peixe.

A partir de Castro, obedecendo o rumo do Peabiru, voltamos a pedalar rumo a oeste. Podíamos ter escolhido o asfalto que liga a cidade à Tibagi. Optamos, porém, por seguir o rio Iapó, por terra e acompanhando sua margem direita. Desta forma, mergulharíamos no Canyon Guartelá, que rasga a planície proporcionando uma série de cenários naturais. Ao final da estrada de chão, de pouco mais de 20 quilômetros, atingimos o fundo do vale. Pernoitamos na Pousada Fazenda Canyon do Guartelá.

Instalada num lugar paradisíaco, a Pousada é um tanto surreal: uma divertida mistura entre o suntuoso e o pop. Ali tem de tudo: fontes em estilo clássico emoldurando escadarias; estatuetas de anjos à beira-rio; alojamentos em forma de pirâmide; um monumento a Raul Seixas, com uma moto pendurada num pedestal (o dono do estabelecimento é Raul-maníaco e promove, anualmente, portentosa festa em homenagem ao roqueiro, que atrai fanáticos e *covers* de todo o Brasil).

Para seguir viagem, tínhamos duas opções: retornar pela estrada de terra e ganhar novamente o asfalto, o que nos custaria um desvio de uns 60 quilômetros, ou atravessar o rio, vencer a parede do Canyon e chegar à estrada asfaltada. Reginaldo Banks, guia de *rafting* que trabalha na Pousada, disse que podia nos transportar, juntos das bicicletas abarrotadas de carga, em seu bote inflável. Disse também que galgar a montanha, a partir da outra margem, não era tarefa difícil.

Havia mesmo uma trilha de fácil locomoção, cortando a mata. Porém, terminada a floresta, começaram os problemas. Na seqüência havia campo nativo. Apesar de parecer

simples de transpor, ocorre o contrário: o piso é fofo, alagadiço e intercalado por lajes de pedra. Acreditamos na boa intenção do Reginaldo, mas penso que ele não ponderou sobre o peso de nossa carga ao nos sugerir a alternativa. Levamos umas 5 horas empurrando as *bikes* morro acima. A sola da minha sapatilha, própria para pedalar e não para *trekking*, descolou por completo. Para piorar, quase furei o olho num arbusto.

Vencido o campo nativo, a luta continuava. Tínhamos pela frente um extenso milharal. Em situações como essa, manter o bom humor é importante para um desfecho tranqüilo. Sabíamos que a rodovia estava numa linha perpendicular à lavoura; era preciso atravessá-la. Pereira, sábio, sugeriu que seguíssemos o carreiro natural, paralelo à plantação. Chegamos a uma cerca. Margeando-a, saímos enfim no asfalto, exaustos.

Na cidade de Tibagi, onde chegamos após a subida do Canyon mais uma pedalada de 30 quilômetros, passa o rio de mesmo nome. Com leito recheado de lajedos de pedra, bastante correntoso, o Tibagi foi duro obstáculo para Cabeza de Vaca. Cavalos e gente resvalavam como se palmilhassem piso de sabão. A solução para a travessia foi uma espécie de corrente humana. Somente entrelaçados num abraço coletivo é que puderam transpor o rio.

A hidrografia, notadamente no Paraná, é ciência obrigatória ao entendimento do Peabiru. O Caminho tinha nos rios marcos naturais, referências concretas do posicionamento e do rumo a tomar. Já no século XVI, caudalosos rios paranaenses, como Iguaçu, Ivaí, Cantu, Piquiri e Paraná - todos, vale ressaltar, batizados com nomes indígenas e assim conhecidos até hoje - eram mencionados nos relatos do viajantes.

Viajando de bicicleta, sempre estamos preparados para enfrentar chuvas. Todos os pertences são acondicionados em sacos plásticos, e levamos capas impermeáveis para proteger o corpo. Com mais de duas semanas de viagem, hodômetros registrando quase 1.000 quilômetros, curiosamente nenhum pingo d'água ainda tinha nos atingido. Poderíamos comemorar o fato como um lance de sorte. Mas o que ocorria, na verdade, era uma grande estiagem, castigando as lavouras e trazendo prejuízos à economia paranaense.

Do alto de uma serrinha, depois de Tibagi, presenciamos o espetáculo cor de chumbo de um temporal, desabando bem onde havíamos passado. Festejamos duplamente: por termos, outra vez, escapado da chuva, e por ver a terra receber seu merecido quinhão de água. Mais a frente, outra tempestade surge no horizonte. Desta vez, bem onde iríamos

passar. Difícil encontrar abrigo naquela estradinha de terra vermelha, bastante erma. Porém, a sorte: dobrando uma curva, surge um ginásio de esportes. Entramos e o toró desabou.

Sempre procuramos, em viagem de bicicleta, terminar uma jornada diária com dia ainda claro. Além de ser uma preocupação com a segurança, acreditamos que sob a luz do sol seja mais fácil pleitear um refúgio gratuito para o pernoite. Mas imprevistos acontecem, e nem sempre é possível cumprir esta meta. Na cidadezinha de Reserva, por exemplo chegamos de noite. Fomos pedir por abrigo num posto, com o discurso de praxe: pedalamos desde Florianópolis, estou reportando um caminho histórico, *et cetera*. Então alguém pergunta: “é o Peabiru”? Fiquei surpreso, pois embora o Caminho lentamente comece a ser reconhecido, ainda poucas pessoas sabem realmente do que se trata.

O autor da pergunta era Ricardo Cruz, professor de Educação Física. Seu irmão, André Cruz Viana, havia percorrido um trecho do Peabiru em 2003, de bicicleta, com sete companheiros e um carro de apoio. A viagem foi entre Guaíra, extremo oeste do Paraná, e Paranaguá, no litoral. Como resultado da viagem, produziram um vídeo documentário e uma exposição fotográfica. Esclarecida a coincidência, o Ricardo prontificou-se a nos conseguir alojamento. Apresentou-nos Tércio, o jovem diretor da escola estadual onde dava aulas. E foi lá mesmo, no colégio, que dormimos.

No desfile do Carnaval, fiz contatos com integrantes da ala dos Estudiosos do Caminho. Reencontraria alguns no percurso. Um deles era o Clemente Gaioski (é uma heresia chamá-lo apenas Clemente; ele exige, com seu característico bom humor, que se acrescente ao seu nome o sufixo ‘das Moças’). Clemente das Moças deu-nos seu telefone, em Florianópolis, e se prontificou a nos ajudar quando estivéssemos próximos a Pitanga, onde vive.

Portanto, perto da cidade, ligamos e ele recomendou que não deixássemos de visitar o Faxinal dos Lacerda, pequeno vilarejo entre Reserva e Pitanga. Ali vivem dona Terezinha e seu Edvar. Eles andam bastante entusiasmados ultimamente. Isso porque, bem na pequena propriedade da família, encontraram dezenas de peças arqueológicas (machadinhas, cerâmicas, etc.) e inscrições em rocha que podem ser registros do Caminho do Peabiru. Tudo ainda é novidade. Faltam pesquisas mais aprofundadas que confirmem a tese. O casal, entretanto, já sonha com a visita de turistas

Perdemos a hora com a calorosa recepção da dona Terezinha. Anoteamos na

estrada, outra vez. A lua crescente clareava o caminho, excitante pedalada noturna. Mas eis que, a 50 quilômetros de Pitanga, o Clemente, preocupado com nosso atraso, surge de caminhonete para nos resgatar. Fomos recepcionados com uma bela churrascada em sua chácara.

Por mais de 20 anos, Clemente Gaioski foi funcionário do IBGE. O ofício lhe possibilitou conhecer, minuciosamente, cada recanto de sua região. Certo dia, quando Pitanga completava 50 anos, foi convidado a participar de um projeto de resgate histórico da cidade. De pronto, aceitou. Inicialmente, ele e um grupo de amigos começaram a entrevistar os moradores mais antigos. Também fizeram um programa de TV convocando a população a contribuir, como pudessem, com o projeto.

O povo respondeu ao chamado. Muitos começaram a trazer “traquitanas, objetos velhos, bugigangas”, lembra Gaioski. Mas os artefatos indígenas - machadinhas, pedras de mó, soquetes, pilões – foram os que mais apareceram. Estudando a procedência das peças, Clemente percebeu que elas eram encontradas quase que numa linha contínua.

Intrigado, passou a buscar explicações para o evento nos livros. Foi aí que soube de um certo caminho muito antigo, cujo leito abrigava pinheiros de 400, 500 anos. Uma trilha que parecia escavada, dada sua profundidade, e forrada de um capim glutinoso, cujas sementes se dispersavam ao passo dos caminhantes. Essa era a descrição do Caminho do Peabiru, que consta de textos muito antigos. Entre eles, *La conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesus em las provincias de Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape*, escrito em 1639 pelo jesuíta Antônio Ruiz de Montoya.

Mas foi *Comentários*, relato da viagem de Cabeza de Vaca, que mais mexeu com a cabeça de Gaioski. Certos detalhes do livro, como registros de latitude e descrições de rios, soam para ele - que desde o primeiro contato, há mais de 10 anos, jamais deixou de pesquisar sobre o Peabiru - como uma pista concreta de que o Caminho realmente existiu e, inclusive, passava por Pitanga.

Incansável explorador, Clemente das Moças nos apresentou em sua cidade diversos vestígios que podem fundamentar sua tese. Dentre eles, os mais curiosos: marcos de pedra, possivelmente trabalhados pela mão humana. Alguns desses marcos, em formato de estacas e enterrados no solo, tiveram o posicionamento aferido por GPS.

Plotando-se os pontos numa carta topográfica, observaram que os mesmos

formavam, entre si, um alinhamento idêntico à seguinte descrição de *Comentários*: “o caminho...era a oeste-noroeste e quarto-noroeste, estando aquele lugar a 24 graus e meio...” Esta medida, 24 graus e meio, corresponde à latitude de Pitanga. Os marcos ficam próximos a segmentos de um caminho em baixo relevo, forrados por um capim vistoso – o “puxa-tripa”. Qualquer semelhança com a descrição de Montoya, acredita Clemente, talvez não seja mera coincidência.

Passamos três dias na cidade de Gaioski, hospedados em sua chácara. Voltar às pedaladas foi difícil, depois de tanta mordomia e falta de exercício. Seguiram-se três dias de visuais um tanto enfadonhos. Lavouras de soja e milho, castigadas pela seca, sucediam-se. Mesmo em Campina da Lagoa - onde, na década de 70, uma pesquisa coordenada pelo arqueólogo Ygor Chmyz (UFPR) encontrou trechos do que poderia ser um dos ramais do Peabiru - a paisagem é a mesma.

A partir de Ubiratã, pedalamos num só dia o maior trecho de toda viagem: quase 180 quilômetros (geralmente, as médias diárias não ultrapassavam 100 quilômetros). Foi relativamente fácil pedalar naquele trecho, em ligeiro declive pela proximidade de dois pronunciados rios, o Paraná e o Iguaçu.

Em Foz do Iguaçu, tentamos entrar de bicicleta, para tirar fotos, no parque das Cataratas. Fomos barrados – os 10 quilômetros de asfalto, cortando o Parque Nacional do Iguaçu da recepção às quedas d’água, só podem ser cumpridos no ônibus da instituição. Também pretendia fazer contato com a diretoria de Turismo da Itaipu Binacional, empresa que apoiava projetos relacionados ao resgate do Caminho do Peabiru. Negaram, alegando que o agendamento deveria acontecer com antecedência. A sorte não era das melhores na terra das Cataratas - descobertas, casualmente, por Cabeza de Vaca durante a expedição entre Florianópolis a Assunção.

O quadro começa a mudar no dia seguinte. A produtora de uma rede de televisão me ligou, interessada em produzir uma matéria sobre a viagem. Ela disse que nós podíamos escolher o local para as filmagens. Defronte a Itaipu, respondi. Na empresa, fui à recepção, com o repórter reboque, para solicitar uma entrevista com o diretor de Turismo.

Enquanto produziam a reportagem - filmaram-nos de muitos ângulos, pela lateral, de frente, parados, pedalando, com o mapa em mãos - um funcionário da Itaipu avisou que éramos aguardados na empresa. Quem nos recebeu foi Waldemar Krepke Duarte, assessor

do diretor de Turismo, Alexandre Machado, já que este estava em Curitiba.

Segundo Krepke, havia pouco tempo que a empresa concluíra um plano estratégico relacionado ao turismo. Uma das diretrizes era o apoio ao desenvolvimento turístico regional. Nesse sentido, a recomendação expressa do presidente Jorge Samek era de que se apoiassem iniciativas ligadas ao resgate histórico do Peabiru. A Itaipu já havia apoiado concretamente a causa, financiando a produção de dois números da revista *Cadernos da Ilha*. Abordando exclusivamente o Caminho do Peabiru, a publicação teve tiragem de 10 mil exemplares, gratuitos aos leitores.

Ao final da conversa, levando em conta as necessidades prementes, pedimos apoio para nossa viagem. Colaboraram com duas diárias de hotel. De noite, deitados na cama do quatro estrelas Bella Italia, ligamos a TV. No jornal local, éramos uma das notícias.

Capítulo IV – Paraguai, mundo Guarani

Não foi a toa que a colossal Itaipu passou à história como “a maior do mundo”. Tudo que diz respeito à hidrelétrica, estratégico elo gerador de energia entre Paraguai e Brasil, é exagerado, monumental. A começar pelas obras de desvio do rio Paraná: 58 toneladas de dinamite abriram um *canyon* de dois quilômetros de extensão, 150 metros de largura e 90 de profundidade. O rasgo na rocha obrigou o rio a seguir um novo curso, o que foi necessário para viabilizar as obras da barragem.

Sob as toneladas de barro e pedra retiradas para desviar o leito, 10.000 anos de história indígena irromperam em achados arqueológicos. Os objetos mais remotos pertencem à tradição Humaitá, etnia que precedeu os guaranis e habitava terras que hoje correspondem aos departamentos (estados) de Alto Paraná e Canindeyú, no Paraguai. Há menos de um ano, as peças foram reunidas no Museu da Terra Guarani, construído próximo à Itaipu paraguaia na cidade de Hernandarias.

Todos os artefatos, tanto dos guaranis quanto de seus antecessores, estão expostos sob enormes redomas de vidro, que também guardam bichos empalhados e espécimes da flora local. Nove estações multimídia – computadores acionados por toques na tela – apresentam informações, em texto e vídeo, que vão desde a mitologia guarani à construção da Itaipu, passando pela conquista e colonização do Paraguai.

Num dos computadores do Museu, informa-se que o povo tupi-guarani, que há 2.000 anos teria baixado ao sul desde o rio Madeira (Amazônia), expandiu-se de maneira incomparavelmente majestosa em relação a outros povos. A civilização, em seu auge, ocupou áreas que hoje correspondem a grande parte de Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai, Equador, Bolívia, Peru e Guiana. Para o povo guarani, o *oguatá* – ação de caminhar – tem uma finalidade classificada entre a religiosa e a busca por terras mais proveitosas, embora essas práticas, na ótica de alguns antropólogos, sejam complementares.

Levas de guaranis, às vezes milhares, eram estimulados pelas profecias do caraíba – figura sagrada da tribo, espécie de feiticeiro – a abandonarem seus territórios e buscarem uma mítica Terra sem Mal. Tal lugar pode ser entendido como uma terra virgem, de solos férteis, em oposição à territórios já menos promissores devido ao uso continuado ou à ação de intempéries. Porém, o valor deste espaço etéreo excedia o simples utilitarismo: buscava-

se uma espécie de paraíso terrestre, fora do espaço e tempo tradicionais, perfeito o suficiente para garantir a imortalidade a quem o encontrasse.

O *Yvy Marane'y*, conceito guarani relativo à Terra sem Mal, podia ser buscado em qualquer direção – vale assinalar que a cultura indígena continha plenas noções de orientação espacial, tanto que possuíam sua própria rosa-dos-ventos, dotada de pontos cardeais e colaterais. A direção leste, entretanto, berço do sol e morada do deus *Karai*, merecia destaque na concepção dos índios. Trilhando o Peabiru na busca da *Yvy Marane'y*, muitos migraram desde o Paraguai, núcleo do território guarani, e fixaram-se na costa do Atlântico, de Cananéia (SP) ao litoral gaúcho.

Ainda no Museu da Terra Guarani, um dos terminais multimídia versa sobre os exploradores brancos na América e no Paraguai. Dentre eles, apresenta-se Aleixo (Alejo, na língua castelhana) Garcia, como um personagem análogo ao que Pedro Álvares Cabral representa para o Brasil: em sua caminhada desde Meimbipe (Ilha de Santa Catarina) ao território inca, Alejo acabou por descobrir o Paraguai. O destino de Garcia, que acabou lhe rendendo o título de descobridor, começa a ser traçado quando trabalhava como simples funcionário de uma embarcação espanhola.

O marinheiro compunha a tripulação capitaneada por Juan Diaz de Solís. Descobridor do rio da Prata em 1512, Solís, piloto-mor da coroa castelhana, recebeu do rei espanhol, em 1516, a incumbência de apossar-se das terras contíguas ao citado rio. Ele aceitou o desafio, dando início a uma expedição marcada por trágicos acontecimentos. A começar pela morte do próprio Solís: ao desembarcar próximo à ilha Martin Garcia, no rio da Prata, foi trucidado pelos nativos, que em seguida o assaram e o comeram.

Diante do sinistro fato, a tripulação, dividida em três embarcações, bateu em retirada em direção à Espanha. E, se desgraça pouca fosse bobagem, eis que no retorno um dos navios calhou de afundar, num ponto situado próximo à barra sul da Ilha de Santa Catarina. Entre os sobreviventes, em quantidade que, segundo pesquisas, oscilam entre 11 e 18, estava o português Aleixo Garcia.

Estima-se que, entre os índios carijós da Ilha, Garcia tenha recebido o *status* de caraíba – esta distinção também pode ser atribuída a brancos, quando conquistam prestígio perante a tribo. Talvez por isso os carijós tivessem confiado a Garcia o segredo do Caminho do Peabiru. Confirmando seu título de caraíba, Aleixo Garcia convenceu centenas de índios

a o acompanharem na longa jornada, que começou possivelmente em 1524. A descoberta do Paraguai foi um acaso. O que deve ter motivado o português foi a busca do Eldorado, a fantástica terra de ouro e prata transbordantes, que despertava cobiças e justificava onerosas expedições no século XVI.

Após a desapressada visita ao Museu, voltamos a pedalar, guidões no rumo do Monumento Científico Moisés Bertoni. No caminho, planícies a perder de vista, cultivadas com soja, vão dando lugar a aldeias indígenas. A Mata Atlântica vai surgindo e se adensando, até tornar-se plenamente fechada. É sinal de que o Monumento, na barranca direita do majestoso rio Paraná, está próximo.

Moisés Santiago Bertoni foi um intelectual suíço que fixou-se no Paraguai em 1887. Seus estudos multidisciplinares, notadamente sobre flora e meteorologia, transformaram-se em um dos alicerces para o desenvolvimento agrícola no país. O Monumento que leva seu nome é, na verdade, a propriedade de 69 hectares (equivalente a 115 campos de futebol) onde viveu e desenvolveu sua ciência. O lugar contava, inclusive, com uma pequena gráfica para transformar em livros as observações do sábio.

Era sexta feira, quase de noite, quando chegamos ao Monumento. No Paraguai, a antiga morada de Bertoni é considerada como uma das estações do *Tape-Aviru* (o Peabiru, na língua indígena). Não havia viva alma no local. Eis que um cântico indígena passa a ocupar o silêncio da mata.

Caminhamos procurando a origem das vozes. Na margem arenosa do rio Paraná, uns 100 metros abaixo de onde estávamos, avistamos os guaranis num ritual de dança e música ao redor da fogueira. Andamos mais um pouco e constatamos haver público para o evento. Um luxuoso e enorme catamarã (barco de dois cascos) era o camarote dos turistas, espectadores da cena.

Terminado o show, aplausos demorados. Um índio vai ao barco e recebe uma sacola, possível retribuição aos artistas autóctones. Estes guaranis, que herdaram de Bertoni o direito de permanecerem na chácara após a sua morte, enfrentam graves problemas de fome e doenças.

Amanheceu o sábado e ainda ninguém aparecera no Monumento. Desmontamos acampamento; quase prontos para partir, percebi uma considerável rachadura na roda

traseira da bicicleta. Era um prenúncio simbólico do que aconteceria em breve. Naquele mesmo dia, também rachamos, eu e o companheiro Luiz Pereira, nossa parceria de viagem.

Numa viagem de bicicleta, a convivência entre os participantes é bastante próxima. Pedala-se lado a lado, o dia inteiro; acampa-se no mesmo espaço; enfrentam-se as mesmas dificuldades. Enfim, tudo é compartilhado, inclusive as manias, idiossincrasias, algo geralmente velado nos relacionamentos esporádicos. Ali no Monumento Bertoni findaram-se, mutuamente, nossas tolerâncias em relação ao outro. Pereira voltou para Florianópolis. Estávamos na metade do caminho.

Levando em conta as duas rachaduras, da roda e da parceria, decidi adiantar um pouco a viagem e tomar um ônibus até Assunção. Antes, pedalei desde Presidente Franco – cidade onde fica o Monumento Bertoni – até a rodoviária de Cidade de Leste. Numa estrada deserta, uma patrulha da polícia paraguaia faz sinal para parar. Queremos ouvir suas histórias, diziam eles, enquanto completavam uma cuia com água gelada.

As rodas de tererê são tradição em todo país, e transcendem idade, classe social, profissão. Executivos nos escritórios, universitários, peões trabalhando em obras, famílias nas calçadas, todos reúnem-se em círculos para sorver o mate, sempre geladíssimo. Muitas vezes, como no caso dos policiais, fui convidado para estas rodas. Era como um elixir, capaz de calor impiedoso daqueles dias de verão.

Ao chegar à capital paraguaia, fiz contato com Juan Manuel Prieto, fotógrafo e funcionário da SENATUR (Secretaria Nacional do Turismo), companheiro de Carnaval na ala dos Estudiosos do Peabiru. Prieto, encantado com o desfile em Florianópolis, levou às rádios de Assunção um CD com o samba-enredo da Consulado. Aleixo Garcia saltou das placas de ruas, praças, largos – há muitos logradouros com seu nome na capital e no resto do país – para os alto-falantes dos paraguaios, que ouviam no samba bem brasileiro uma representação de suas origens pátrias. Afinal, ele é o Pedro Álvares Cabral do Paraguai.

Encontrei Juan numa churrascaria de subúrbio, próxima à rodoviária, no sábado. Às vésperas de uma viagem para Alemanha, disse, com certo desdém, ter pouco tempo para me conceder entrevista. Porém, na medida em que expunha detalhes da jornada ciclística, o fotógrafo, declarado entusiasta do Peabiru, interessou-se pelas histórias e se propôs a marcar uma com a própria ministra do Turismo. Uma reviravolta e tanto.

María Evangelista Troche de Gallegos, ou simplesmente Evanhy de Gallegos, a ministra, recebeu-me dois dias depois na SENATUR, pouco antes de partir para a Alemanha. Acompanhada de Prieto, participariam de uma feira internacional de turismo, em Berlim, para apresentar o *Tape-Aviru* ao público europeu. Segundo Evanhy, o Caminho é a maior aposta turística do Paraguai. O *slogan* do país – Mundo Guaraní – reforça o propósito de atrair divisas de peregrinos e aventureiros com marketing indígena. Para efeito de apresentação, o *Tape-Aviru* foi dividido em 12 estações – como no Monumento Bertoni - constituídas por bosques, saltos, rios e outros atrativos ao longo do que seriam as antigas rotas de migração.

Deixando Assunção, parti no rumo de San Pedro de Ycuamandyyú, primeira das estações do *Tape-Aviru* ao norte da capital. Para chegar lá, foram três dias sob um sol estonteante, atravessando bosques de palmares, estradas desérticas e conferindo *in loco* algumas tradições de cidadezinhas do interior. Certa tarde, em pleno acostamento, cruzei com um grupo de meninas colegiais trajando o clássico uniforme: saia pregueada, meias $\frac{3}{4}$, sapatilhas e camisa branca de manga comprida. Eu as cumprimentei e recebi em troca uma gargalhada. O estranhamento foi recíproco – maior para elas, ao depararem-se com um tipo incomum, viajando sobre um cavalo de ferro abarrotado de tralhas.

Das 17 capitais dos estados paraguaios, San Pedro de Ycuamandyyú é a única onde o asfalto ainda não chegou. Dos 350 quilômetros que a separam de Assunção, os últimos 70 são de areiões, buracos e erosão, um estorvo para bicicleta. Por sorte, neste trecho fui salvo pelo simpático sanpedrano José Gualberto, que passava por ali de caminhonete 4x4 e não recusou carona. Para complementar a ajuda, me ofereceu pouso em San Pedro. E, grande coincidência, ele morava bem em frente ao Garcia *Ca'aguy* – o bosque de Garcia, onde o intrépido Alejo fora assassinado, provavelmente em 1525, quando voltava das terras incas.

Mais de 400 anos depois, Armelando Benegas López, hoje professor aposentado de língua guaraní, encontrou o que pode ser um indício do local do homicídio. Em 1946, ele brincava com outras crianças num bosque próximo à sua casa, na cidade de San Pedro de Ycuamandyyú. De repente, a cena sinistra. Uma cruz feita da madeira lapacho, quebrada na base e pendurada por junco entre as árvores, apareceu no meio da mata fechada. Assustado, Benegas foi buscar explicação para o achado, e soube de um velho indígena que

aquele local era onde haviam matado Aleixo Garcia. O bosque foi batizado com o nome do aventureiro, e hoje uma tímida réplica da cruz, com a inscrição *Curuzu Garcia*, assinala o provável palco do assassinato.

Se é verdadeira ou não a cruz achada por Benegas, ninguém sabe. Mas historiadores confirmam que San Pedro foi mesmo o local do homicídio. Supõe-se que, depois de saquear riquezas no Peru, fugir das tropas incas e enviar uma amostra do tesouro à Ilha de Santa Catarina, Aleixo montou uma base estratégica – San Pedro fica a apenas 20 quilômetros do rio Paraguai - onde aguardava reforços, visando uma nova pilhagem. No entanto, o trágico destino pôs fim aos ambiciosos planos do náufrago português. Não há consenso sobre quem o assassinou. As suspeitas recaem, sobretudo, aos próprios guaranis que o acompanhavam na expedição. Também desconfia-se dos paiaguás, índios guerreiros que habitavam alguns trechos às margens do rio Paraguai.

Para chegar a Forte Olimpo, considerado um dos possíveis pontos do *Tape-Aviru* onde Aleixo Garcia teria infletido a oeste para alcançar a atual Bolívia, naveguei pelo majestoso rio Paraguai. Considerando a precariedade das estradas, esta é a melhor forma de atingir o Chaco, região norte-ocidental paraguaia. A viagem durou 57 horas. Barco e rio são igualmente mansos. O primeiro, abarrotado de gente e carga, desliza vagaroso, contrário à correnteza. O segundo, preguiçoso, não fosse o movimento dos camelotes (espécie de aguapés) que viajam em sua superfície, nem daria para perceber que corre para desaguar no rio Paraná.

No barco, logo cedo aprendi que, quando anoitecia, era preciso disputar um precioso espaço para dormir. Na primeira noite, para estender meu saco de dormir sob as estrelas, precisei deslocar um motor elétrico e uma pesada caixa dentre o universo de tralhas espalhadas no convés. Com esta movimentação, demarquei meu terreno, cercado por 2 motos e uma dezena de bujões de gás.

A longa viagem é propícia para amizades. Entre os passageiros que conheci, uma mochileira suíça me chamou a atenção. Ela tinha quase 70 anos e percorria, solitária, pontos turísticos da América do Sul havia quatro meses. Nem se preocupava com o desconforto a bordo –“isso é um saboroso ingrediente da aventura”, disse a senhora, bem-

humorada, contando que também havia dormido ao relento no barco.

Em Forte Olimpo, acampej ao lado do palácio do governo estadual. Consegui a regalia através de um policial, que havia conhecido no barco. Capital do estado de Alto Paraguai – na região do Chaco, cuja densidade populacional não passa de 2 habitantes por km² - a cidadezinha começa a preparar-se para o turismo, mas ainda há muito o que fazer. Principalmente em termos de infra-estrutura: dentre as deficiências, o município carece até mesmo de posto de combustível.

Minha pretensão era fazer, como possivelmente fez Garcia, a travessia do Chaco. Porém, ao contrário dele, eu não dispunha de 2.000 índios para me guiar naquele sertão, até hoje extremamente inóspito. A seca por ali é severa. Povoados são raros e a água, na maioria das minas, é salgada. E se por milagre cai uma pancada de chuva, os caminhos ficam intransitáveis por bicicletas, segundo aviso dos moradores.

Considerada esta conjuntura, resolvi tentar uma carona de navio até Corumbá, outro possível ponto onde o Peabiru dobraria a oeste. Conversei com o oficial da Marinha em Forte Olimpo, e frustrei-me ao receber a resposta de que a carona era impossível, ao contrário do que as pessoas da cidade diziam. Segundo me disseram em *off* alguns moradores, fui vetado porque a tripulação dos navios geralmente comercializa combustível nos povoados, uma atividade considerada ilegal. Não lhes seria nada bem vindo, neste caso, alguém praticando jornalismo a bordo.

O jeito foi tomar o *La Esperanza*, barco que me levou rio acima, à cidade de Porto Murtinho (MS), onde chegaria à Bolívia desviando pelo Brasil. Desta vez a viagem, no sentido da corrente do rio, durou apenas uma noite. Cheguei num domingo, e durante o dia inteiro tentei trocar por reais minhas cédulas de guarani, a moeda paraguaia. Não havia casa de câmbio aberta, e ninguém quis trocar.

Indicaram-me uns cambistas autônomos, que trabalhavam na beira do rio. Fui fazer negócio, o sujeito estava meio nervoso, e tinha as mãos ligeiramente trêmulas e suadas. Quando senti as cédulas de real no tato, devolvi imediatamente. Eram falsificadas de modo tosco, pareciam até menores que as originais. Depois soube de alguns comerciantes que realmente circulava dinheiro falso na praça. Fui forçado a posar uma noite na cidade para

conseguir um câmbio seguro.

No dia seguinte, considerados todos os atrasos, fui ao porto tentar uma carona de caminhão, já que 600 km ainda me separavam de Corumbá. Foi fácil, apenas tive que esperar um caminhoneiro descarregar a soja e consertar o pneu do “bruto”. Avancei, motorizado, 200 km até a cidade de Jardim. De lá, pedalei até Bonito - por exigência do destino, desviei da rota de Aleixo e fui parar, inusitadamente, naquele paraíso. No meio de tantos atrativos turísticos, conheci apenas o balneário municipal, banhado pelo incrivelmente cristalino rio Formoso. Foi uma experiência marcante mergulhar entre piraputangas, curimatás e dourados, que parecem não dar a mínima para a presença humana nas águas que habitam.

De Bonito tomei um ônibus para Corumbá. O motorista quis exigir a nota da bicicleta para embarcá-la. Nunca carrego o documento comigo, porque jamais me pediram. Será que também exigem a nota de *discman*, *laptop* ou quaisquer produtos de maior valor que os passageiros levam a bordo? Esbravejei e o motorista cedeu, e assim embarquei em direção a mais uma fronteira.

Capítulo V – Últimas andanças, pela Bolívia

A cerca de 15 quilômetros de Corumbá (MS) está Puerto Quijarro, de onde parte o famigerado Trem da Morte para as entranhas da Bolívia. Comprei o bilhete direto no terminal de embarque, o que significa uma boa economia em relação aos cambistas, que insistem em vender seus *tickets* aos viajantes logo que estes cruzam a fronteira.

No trem, vagões chamados bodegas são destinados às cargas de maior volume. Até 30 kg podem ser transportados gratuitamente, por passageiro, conforme instruções no bilhete. Era exatamente o peso da *bike* com barraca e alforjes traseiros, indicado pela balança da ferroviária. Para minha surpresa, embora a bagagem estivesse dentro dos padrões, exigiram o pagamento de uma taxa. É que a bicicleta não era de uso pessoal, alegaram. Fiquei sem saber o que significava “uso pessoal” para aqueles funcionários. E para complementar a taxa, um sujeito de um certo Sindicato de Estivadores me cobrou outro tanto para fazer simplesmente o que deveria: colocar a “magrela” no vagão.

Próximo das primeiras estações, um grupo de rapazes, numa operação orquestrada, lançam volumes para dentro do trem já em movimento. São dezenas de caixas, maiores que televisores de 20 polegadas, que vão tomando cada espaço vazio do vagão de passageiros. Policiais e funcionários da empresa fazem vista grossa. Fico imaginando: estariam as caixas repletas de objetos de “uso pessoal”? Fosse o que fosse, não poderia ser transportado com as pessoas, segundo normas da própria empresa.

O desconforto da viagem – na classe *Primera*, a mais barata, a poltrona tem estofado modesto e não reclina - é compensado pela descoberta do novo. A Bolívia se descortina ao chocalho do trem, revelando cores festivas, comidas peculiares, o povo sofrido de feições orientais. De crianças a idosos, vendedores bolivianos congestionam os vagões, o tempo todo disputando os trocados dos passageiros. Vendem de tudo: copos de limonada (servidos a partir de baldes), *chirimóias* (fruta-do-conde), empanadas, chás, *cuñapesa* (um tipo de pão-de-queijo). Também há refeições completas, como espaguete de frango, que passeia pelos vagões numa enorme panela, espalhando cheiro e seduzindo possíveis interessados.

Depois de 20 horas, Santa Cruz de la Sierra desponta na paisagem. Como o tempo restante para a viagem começava a escassear, optei por seguir adiante no mesmo dia.

Toquei de bicicleta, finalmente, até Angostura, cidadezinha que marca o limite entre as regiões plana e montanhosa da Bolívia. Lá chegando, iniciei, numa escola, o ritual de procura por abrigo.

Disseram que teria de pedir à *alcaldesa* – uma espécie de chefe do executivo, com *status* semelhante ao de nossos prefeitos no sistema político-administrativo boliviano. Na casa da *alcaldesa*, estava Elisângela, uma freira que havia morado em Florianópolis. A coincidência foi maior quando descobrimos conhecer, inclusive, pessoas em comum. Para o pouso, ofereceram-me um quartinho na *Alcaldia*, ao lado da igreja onde vivia a freira. Jamais suspeitaria de sua devoção, pois era bastante jovem e não usava hábito, de acordo com a ordem a que pertencia.

Era véspera de Páscoa; convidaram-me a assistir, de noite, o cerimonial do Sábado de Aleluia. Não tenho religião, mas achei educado aceitar o convite. Na cerimônia, um jovem padre, um tanto atabalhado, quase foi vencido pelo círio pascal, que teimava em não permanecer aceso. Foram muitas tentativas até que a grande vela resolvesse queimar de vez.

No Domingo de Páscoa, tomei o café da manhã com Elisângela e Petronila, sua superior na ordem religiosa. Coisas de viagem: inesperadamente, lá estava eu, em pleno feriado religioso, acompanhado por duas freiras. Sabendo de minhas pesquisas, Elisângela insistiu em que eu não deixasse de visitar a cidade de Samaipata, onde havia importantes ruínas incas. Na despedida, adivinhando que minhas economias andavam débeis, presenteou-me com o valor do ingresso para *El Fuerte*. Este é o nome popular do *Centro Ceremonial y Urbano Precolombino*, que abriga as ruínas e compõe a lista dos Patrimônios Culturais da Humanidade outorgados pela UNESCO.

A partir de Angostura – cuja tradução para o português é algo como estreitamento – ocorre o que o nome sugere: o asfalto torna-se esguio, subindo pelas montanhas que quebram, de súbito, a monotonia da planície. Nenhum morro é igual ao outro: alteram-se matizes e formas, alternam-se matas densas e paisagens agrestes, cachoeiras e rios exauridos. Passo a passo, as elevações conduzem ao altiplano e aos Andes.

Depois de pedalar morro acima, o dia inteiro, alcancei a entrada do *El Fuerte*. Eram quatro da tarde, o local fechava às cinco e uma placa indicava outros cinco quilômetros até a sede. Cheguei esgotado, após subida íngreme e em piso de cascalho, no exato momento

em que fechavam as portas. Devem ter ficado com pena do meu estado, e permitiram a visita.

A imagem é impressionante: um monólito maior que um hectare, esculpido de forma prodigiosa. Há desenhos de felinos, canaletas em ziguezague representando dorsos de serpente e assentos entalhados em círculo, compondo o que teria sido um coro de sacerdotes. Nas arestas da rocha, cortes “cirúrgicos” dão a impressão de que cubos de pedra, de volume equivalente a um carro, foram extraídos dali.

Não se sabe exatamente quem foram os construtores do monumento. Dizem, porém, que foi utilizado por ao menos dois povos distintos. Inicialmente, o lugar teria servido de centro cerimonial para as etnias guaranis oriundas da Amazônia. Em seguida, com a ascensão dos incas, tornou-se uma capital regional do império. Por último – e talvez venha daí seu nome popular - *El Fuerte* serviu de fortaleza aos Incas, frente às contínuas invasões dos chiriguanos, índios guaranis que habitavam o sul da Bolívia.

A escritora Rosana Bond, no livro *A Saga de Aleixo Garcia*, enumera uma série de pesquisas que descrevem as incursões guaranis às terras do império inca. Estas entradas, classificadas, na opinião de estudiosos diversos, como "migração, invasão, ofensiva, guerra ou tentativa de conquista", podem ter ocorrido desde o século 8 d.C., antes mesmo do domínio inca na região. No século 10, um ataque guarani a Cuzco (que seria capital incaica somente dois séculos mais tarde) teria obrigado a população a se refugiar nas montanhas de Tampu Tocco.

Uma grande ofensiva às serras andinas teria acontecido entre meados do século XV e início do XVI, já durante o domínio incaico. Em confronto armado, os guaranis mataram os capitães incas Guacané e Condori, gerando poderosa contra-ofensiva por parte do soberano que, devido à imprecisão da data, poderia ser Tupac Inca Yupanqui ou Pachacútec Inca Yupanqui. Grande parte das tropas foi enviada para combater os invasores guaranis, onde atualmente situa-se o interior da Bolívia.

Os incas mataram, possivelmente, 500 guaranis, e aprisionaram outros 200. Aos prisioneiros, o soberano teria reservado tenebrosa tortura: prendeu-os, completamente nus, num pico nevado dos Andes. Nativos de terras quentes, todos morreram, causando frenesi de contentamento ao monarca. “*Allallau! Chiripiguanachiri!*”, teria exclamado o inca, algo como “Brrr, brrr! Foram castigados pelo frio”. Da exclamação do imperador teria surgido,

por corruptela, a denominação *chiriguano*, relacionada aos guaranis derrotados pelos incas que teriam ficado dispersos na encosta da cordilheira boliviana.

As investidas guaranis podem esclarecer o fato de os carijós, que guiaram Aleixo Garcia, conhecerem o caminho para os Andes, distantes mais de 3.000 km da costa catarinense. Como compunham uma grande nação, é plausível o intercâmbio de informações entre os guaranis fronteiriços com os incas e os carijós sul-atlânticos, considerada a característica de viajantes deste povo. Acredita-se, também, que o Caminho do Peabiru conectava-se com o sistema viário incaico, possibilitando as relações, nem sempre amistosas, entre guaranis e incas.

Deixando Samaipata, pedalei poucos quilômetros, a maioria em descida, até um pequeno povoado. Por ali a paisagem lembra o semi-árido nordestino, com cactos majestosos destacando-se entre a vegetação retorcida. No *pueblito* de Mairana, enquanto verificava uma placa com distâncias às próximas cidades, encontrei um casal de cicloviajantes. Foi uma grande alegria; a solidão andava incomodando nos últimos dias. Constantemente fazia amizades, mas eram breves, e a vontade de compartilhar as experiências de viagem continuava latente.

Chico Bernal, 32 anos, era colombiano. Experiente, tinha no currículo, entre outras aventuras, uma pedalada de 15 mil quilômetros, de ida e volta entre seu país e a Patagônia argentina. Desta vez, havia partido da Colômbia e ingressado no Brasil pela Amazônia. Numa viagem de barco por rios amazonenses, conheceu sua parceira da atual viagem. Mineira de Belo Horizonte, Bárbara pedalava no máximo por bairros próximos ao que morava. Não tinha bicicleta; depois de conhecer Chico, comprou uma Caloi usada por R\$ 60,00, mandou seus afazeres para os ares e decidiu-se a acompanhar o ciclista colombiano. Não sabiam quando nem onde terminariam a pedalada.

Como o ritmo de Bárbara era um tanto lento, com frequência utilizavam-se de caronas. Pode parecer impossível viajar assim, levando em conta o volume das bicicletas com carga, mas não é. Muitos caminhoneiros dispõem-se a dar uma ajuda. Logo que conheci o casal, conseguiram uma carona, e resolvi embarcar com eles. Difícil foi colocar as bicicletas para dentro da caçamba, bastante alta. A operação constituiu-se num verdadeiro malabarismo.

Neste dia, acampamos na beira de um rio, cozinhamos na fogueira, descansamos ao relento olhando a noite estrelada. Logo cedo, desmontamos acampamento e pedalamos até Comarapa. A cidade fica numa rota secundária entre Santa Cruz e La Paz e, por este motivo, é atravessada por um fluxo quase nulo de veículos.

A partir de Comarapa, o trecho é bastante duro. O asfalto termina, as serras ficam ainda mais pronunciadas, os povoados escasseiam. Por esse motivo, passamos o dia tentando encontrar outro caminhoneiro que nos levasse, desta vez em vão. A opção foi viajar na caçamba aberta de um caminhão de feira – e, ainda por cima, pagando pelo transporte, como as outras pessoas que iam junto.

Como os ônibus são raros naquelas bandas, os bolivianos pagam caro para locomover-se daquela maneira desumana. O caminhão seguia abarrotado, e o motorista não dava a mínima para as pessoas apinhadas sobre a carga. Era de noite, fazia muito frio e nem quando a chuva caiu ele dignou-se a estender uma lona sobre os passageiros. Chegamos de madrugada a Cochabamba, depois de sacolejar por nove horas sobre sacos de vagem e amendoim e caixas de pimentões. Sem saber para onde ir, pedimos ajuda a policiais que circulavam de viatura pela feira. Solícitos, conduziram-nos à sede dos voluntários da Força Aérea Boliviana, que não hesitaram em nos ceder um espaço para acampar.

Protegidos bem no coração da cidade, descansamos merecidamente daquela viagem insólita. Nesta altura, confesso que estive perto de antecipar o fim da jornada. Em Florianópolis, alguns compromissos começavam a ficar urgentes. O dinheiro estava quase no fim. Burocracias bancárias me impediam de acessar a contribuição que Hans e Astrid Schrader, um casal de cicloturistas alemães, tinham enviado por transferência internacional. Tornamo-nos amigos quando eu os guiei numa viagem de bicicleta pelo sul do Brasil, durante 16 dias, e eles prometeram colaborar.

Quando estava prestes a tomar o caminho de volta, passei no caixa eletrônico e, para meu contentamento, o dinheiro estava disponível. Os compromissos, bem, esses podiam esperar mais um pouco. Afinal, eu já estava bem perto de completar a jornada de Aleixo Garcia, e retornar seria mais que uma frustração. No mesmo dia pedalei com meus companheiros até Suticollo, onde havia um estratégico posto de pedágio para conseguir

carona. Ali nos despedimos. Eles continuariam para La Paz, ao norte, e eu rumaria ao sul, para Potosi.

Desta vez viajei num caminhão confortável, que voltava vazio ao Chile para encher a “cegonha” com carros novos. Desci em Caracollo, um grande entrocamento rodoviário. Dali até o sopé dos Andes, as montanhas davam uma pequena trégua. Estava no altiplano da Bolívia, um lugar primitivo, *sui generis*, especial. Dormi num hotel de beira de estrada, e de madrugada a cabeça começou a latejar. Era *el soroche*, o mal das alturas – o altiplano está a 4.000 metros de altitude. De manhã, perguntei como evitar o mal-estar. Receitaram-me o mais tradicional remédio andino: folhas de coca.

Pedalar pelo altiplano foi experiência ímpar. Na paisagem incrivelmente plana, sucedem-se os tons de amarelo, das margaridas à beira da estrada ou dos trigais à ponto de colheita. Quando uma mancha de verde mais forte surge na paisagem, é sinal de alguma roça, geralmente de batata ou aba, uma espécie de feijão andino (conhecido como fava no Brasil). Vez ou outra encontra-se um senhor ou senhora, solitários, com suas vestes coloridas e pastoreando pequenos rebanhos de ovelhas ou lhamas - bichos muito simpáticos, com seu jeito muito especial de trotar, algo entre o desengoçado e o elegante.

Você até pode ter dinheiro, e querer tomar uma coca-cola ou dormir num hotel, mas não encontrará nada disso pelo altiplano. Chuveiro quente, nem pensar. Porém, quando passar pelo pequeno povoado de Pazña, terá uma surpresa agradável ao deparar-se com uma borbulhante fonte termal. As águas esfumaceiam ao brotar da terra, numa temperatura suficiente para cozinhar um ovo, segundo os habitantes. Pequenos canais conduzem a água quente a uma espécie de balneário, onde há banheiras individuais e para famílias.

As habitações são bastante rústicas naquelas terras. As casas, na maioria, são feitas de adobe, e o teto é de palhas. Certa vez, pedi abrigo num pequeno povoado, com não mais que 5 casas ao redor de uma igreja evangélica. Cheguei com muito frio e fome, e a cabeça insistia em latejar, mesmo mascando coca o dia inteiro. Ofereceram-me um colchão de palha, colocado em um quartinho de chão batido e forrado por muitas peles de ovelha, ótima regalia para enfrentar o frio cortante das noites no altiplano.

Mas dormir por ali nem sempre foi tão confortável. Certo dia, cheguei a um *pueblito*

que mais parecia um lugar fantasma. Havia apenas uma velhinha; pedi-lhe abrigo, mas ela só falava quêchua, língua dos antigos incas. Ficou balbuciando coisas que nada entendi mas, pelo tom, não era algo muito amistoso. Deve ter se assustado com a minha presença. Mais a frente encontrei duas crianças. Por sorte falavam espanhol, então deixei avisado que dormiria num pequeno abrigo abandonado que havia lá perto.

O teto de palha do abrigo havia desabado pela metade. Céu estrelado, não haverá chuva, pensei. Erro fatal. Caiu chuva fina por quase toda a madrugada e eu tive que fazer malabarismos para não me molhar por completo. Foi uma noite de frio intenso. De manhã, todos os picos de montanhas nos arredores estavam cobertos de gelo, que não derreteu nem mesmo quando o tímido sol apareceu entre a névoa.

Pouco mais de 100 quilômetros me separavam de Potosi. Depois de quase dois meses na estrada, o destino estava logo ali, palpável, real. Mas, infelizmente não pude entrar na cidade pedalando. Cansado pela noite mal dormida, ainda enfrentei frio e chuva de granizo no último dia de viagem. Novamente tive que recorrer à carona, chegando de noite ao ponto final do percurso. Depois de 55 dias, 3.000 quilômetros pedalados (este número inclui deslocamentos pelas cidades, em dias em que não estava viajando), 2 viagens de barco, uma de trem e 5 caronas de caminhão, havia cumprido minha meta.

Quando Aleixo Garcia cumpriu a dele, chegando aos arredores de Potosi, o fabuloso Cerro Rico ainda não havia sido descoberto - isso ocorreu somente 21 anos após a passagem do naufrago português e sua tropa de índios guaranis. O tesouro saqueado por Garcia, porém, fora extraído pelos incas provavelmente do Cerro Porco, outra mina generosa da região. A pilhagem não foi tão simples. Tropas do exército inca, a mando do imperador Huayna Capac, trataram de botar o invasor para correr.

A esta altura, o Caminho do Peabiru já estava bloqueado pelos soldados incas. Presume-se que a fuga de Garcia possa ter ocorrido pelo Pilcomayo, rio que nasce próximo a Potosi e deságua no Paraguai, próximo a Assunção. Na viagem, ele e seu batalhão indígena teriam enfrentado tribos inimigas e padecido de muitas dificuldades. Mas preservaram as riquezas pilhadas, que tiveram uma amostra confiada por Aleixo Garcia, pouco antes de sua morte em San Pedro de Ycuamandyyú (Paraguai), aos emissários que

voltaram a Meiembipe (na costa do Atlântico).

Incomparável com a prata e ouro roubados por Garcia – cujo peso somente da amostra, segundo relato do navegador espanhol Diego Garcia de Moguer, estaria entre duas a três arrobas (30 a 45 quilos) - foi a quantidade de metal explorada pela Espanha. Eduardo Galeano, no clássico *As veias abertas da América Latina*, aponta que, entre 1503 e 1660, 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata atravessaram o Atlântico e foram responsáveis pela pujança econômica européia. O generoso Cerro Rico, em Potosi, contribuiu com significativa parte deste montante.

Em quase todos os pontos da cidade de Potosi avista-se o *Sumaj Urqo* (Montanha Formosa), como era conhecido o Cerro Rico pelos incas. A montanha é perfeitamente cônica, desprovida de vegetação e coberta por tonalidades vermelhas, do laranja ao bordô. Riquezas, hoje em dia, provém na maioria dos turistas, notadamente europeus, que aos milhares visitam Potosi para conhecerem as inúmeras galerias onde ficavam as antigas minas do Cerro. De metal resta o estanho, que ainda existe porque, segundo Galeano, “os espanhóis o deixaram de lado, como lixo”.

Capítulo VI – Um panorama do I Encontro Internacional e II Encontro Nacional dos Estudiosos do Caminho do Peabiru

Peabiru, trilha que conduz à fabulosa montanha de prata. Uma via de intercâmbios, nem sempre pacíficos, entre guaranis e incas. O Caminho percorrido por Pai Sumé em sua missão civilizatória pelas Américas. Longe de uma versão definitiva, o que se sabe sobre o Caminho do Peabiru reflete uma pluralidade de conhecimentos que, embora aparentemente estanques e divergentes, de algum modo relacionam-se na história remota da interoceânica trilha.

Nos dias 16 e 17 de abril de 2005, o I Encontro Internacional dos Estudiosos do Caminho do Peabiru (II Encontro Nacional) reuniu na cidade de Pitanga (PR) os distintos olhares de pesquisadores que procuram elucidar a complexidade desta rede de caminhos quase mítica. A reboque da investigação científica, discutiu-se a possibilidade de explorar o turismo, baseado nos atrativos cultural, ecológico e religioso.

Interesses turísticos pelo Caminho ultrapassam fronteiras e podem constituir um novo Mercosul – é o que pensa Juan Manuel Prieto, da SENATUR (Secretaria Nacional do Turismo - Paraguai), referindo-se, em sua palestra, à recente inclusão de uruguaios aos brasileiros e paraguaios que já investigam a rota. E o foco no projeto, antevê Prieto, pode abrir-se ainda num ângulo intercontinental. Desejos mútuos podem atravessar o oceano ao passo que Portugal, terra de Aleixo Garcia, toma ciência da jornada épica liderada por seu patrício em terras sul-americanas.

Em recente viagem pela Europa, feita em companhia da ministra Evanhy de Gallegos para participarem da feira de turismo na Alemanha, Prieto estendeu seus interesses para Portugal. Uma exposição fotográfica de sua autoria, em Lisboa, e uma palestra proferida na cidade do Porto foram as estratégias para apresentar o *Tape-Aviru* aos portugueses. Professores e estudantes mostraram-se surpresos com uma história que poucos conheciam: Aleixo Garcia, diferente dos exploradores consagrados que garimpavam territórios pelo vasto oceano, descobrira o Paraguai por terra, quando trilhava o Caminho que o levaria ao Eldorado incaico.

Empolgados, disse Prieto, os portugueses já cogitaram montar grupos para visitar o

Tape-Aviru. Mas o paraguaio reconhece que a infra-estrutura ainda é precária para recebê-los. “Precisamos agora é de dinheiro, dinheiro, dinheiro”, ressaltou, mencionando a necessidade de construir pousadas e outras obras para o turista. Seria uma etapa de complementação ao levantamento, já realizado, dos atrativos que compõem a trilha e têm como diferencial o verniz da cultura guarani.

Segundo a imprensa paraguaia, durante a Feira Internacional de Turismo alguns jornais de Berlim teriam contribuído para despertar o interesse dos alemães pelo *Tape-Aviru*. Em um deles, publicou-se que “o Paraguai é um destino com características de Terra Santa”. Para a ministra Gallegos, os alemães apreciam o país por enxergarem nele a imagem do calor e hospitalidade do povo guarani. Tal aspecto cálido, lembra ela, é o mesmo descrito em 1536 por Ulrich Schmidel – um soldado mercenário alemão que, após viver mais de uma década na América do Sul, foi o primeiro europeu a trilhar o Peabiru de oeste para leste, entre Assunção e São Vicente (SP).

O turismo de conotação guarani, entretanto, encontra ressalvas na ótica do próprio povo em questão. O professor Werá Popygua (Nuno) - um branco que tem a confiança dos índios, dos quais foi porta-voz em Pitanga – trouxe ao encontro o apelo da aldeia do morro dos Cavalos, em Palhoça (SC). Em sua fala, Popygua compara a pretensão turística sobre o Peabiru com a ganância de Garcia no século XVI, cuja viagem na busca de riquezas incaicas foi caracterizada como uma “tragédia ambiciosa”. O professor sugeriu que “devolvam o Caminho aos indígenas, para que possam encontrar a Terra sem Mal”.

No bojo dos pesquisadores, a reivindicação guarani encontra ressonância numa figura de peso: a jornalista e escritora Rosana Bond, responsável, em grande parte, pela inclusão do Peabiru na pauta da mídia paranaense e nacional. Recentemente, em e-mail dirigido a todos os envolvidos com o Caminho, Rosana declarou, categórica, sua retirada das atividades relacionadas à implementação do turismo na trilha. O afastamento, justificou, é para dedicar-se mormente à investigação histórica e à atenção ao povo guarani, no que diz respeito aos interesses desta minoria no leque de intenções que se abre sobre o Peabiru.

O envolvimento de Rosana Bond com o tema estende-se por uma década. Em 1995, quando era assessora de imprensa da prefeitura de Campo Mourão, recebeu do então prefeito, Rubens Bueno, a incumbência de resgatar a história do Caminho do Peabiru.

Desafio aceito, mergulhou numa pesquisa que culminou na publicação de livros, na pauta de publicações como os jornais *Folha* e *O Estado de São Paulo* e a revista *Super Interessante*, e no enredo vitorioso da escola de samba em Florianópolis. Os desdobramentos do trabalho transformaram Rosana numa referência quando assunto é o Peabiru. O *marketing* de apelo histórico, porém, que busca lastro no resultado de suas investigações, já não tem mais o apoio da autora.

Na última edição de *A saga de Aleixo Garcia*, Rosana Bond realizou um desejo pessoal: incluiu, entre as fontes bibliográficas e entrevistas com pesquisadores brancos, o depoimento de um cacique guarani. Foram seis anos de tentativas até que Werá Tupã, da aldeia do morro dos Cavalos, concordasse em falar sobre um assunto delicado para seu povo. Werá relatou detalhes do relacionamento entre os índios e Aleixo Garcia – este, “iluminado por Tupã”, fora preparado para trilhar o Peabiru, missão proibida a brancos que não gozassem da confiança indígena. Segundo o cacique, ainda hoje os anciões da tribo comentam o episódio de Garcia, ocorrido há 480 anos, atestando a vivacidade da história oral de seu povo.

Em Pitanga, antes da decisão de apartar-se do turismo no Peabiru, Rosana Bond falou sobre o intercâmbio de guaranis e incas pelo Caminho. Alguns traços culturais, como palavras com o mesmo significado em guarani e quêchua, podem ser um indício das relações entre as culturas pré-colombianas. Da mesma forma que os guaranis circulavam por territórios andinos, disse Rosana, os incas também perscrutavam terras próximas ao Atlântico.

Há uma hipótese, inclusive, que atribui aos incas a abertura do Peabiru, como resultado da intenção de expandir o império. O professor Luiz Galdino, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, esmiuçou esta tese em sua obra *Peabiru: os incas no Brasil*. Em Pitanga, entretanto, Galdino discorreu sobre outro assunto, que pode incorporar o caráter religioso ao turismo de peregrinos: as andanças de São Tomé, apóstolo de Jesus Cristo, pelas Américas e pelo Peabiru. Branco, barbudo, alto e de olhos azuis, o missionário teria deixado marcas de pés, incrustadas em rochas, nos distintos locais por onde teria caminhado, como na Baía de Todos os Santos ou nos arredores de Assunção.

No início da palestra, Galdino atizou a platéia afirmando que, muitas vezes, “um mito tem mais força que a verdade”. Disse isso ao levantar dúvidas sobre o destino dos

restos mortais do apóstolo Santiago, supostamente sepultados na Catedral de Santiago de Compostela, que estimulam peregrinações à cidade espanhola desde o século IX. Quanto a São Tomé, porém, Galdino não levantou qualquer suspeita. O discípulo de Cristo, ou alguém parecido com ele, certamente teria estado entre nossos nativos.

Para Luiz Galdino, Pay Sumé – nome que o gentio brasileiro atribuía ao santo – era um grande civilizador. Graças a Sumé, autor de uma verdadeira revolução agrícola na América pré-colombiana, os indígenas teriam aprendido técnicas de cultivo de milho, mandioca, algodão. Princípios de astronomia também foram bem recebidos pelos nativos que, contudo, hostilizavam Tomé quando o assunto era religião. Como o santo pregava a existência de um deus único, padecia de perseguição pelos índios, politeístas.

Os detalhes da existência do “São Tomé brasileiro”, conforme a obra *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda, são devidos “sobretudo à colaboração dos missionários católicos, de modo que se incrustaram, afinal, tradições cristãs em crenças originárias dos primitivos moradores da terra”. Holanda narra episódios fantásticos atribuídos ao santo, como o poder de levantar o mar para caminhar sobre seu leito seco, ou de fazer retornar a flecha ao guerreiro que o tentasse alvejar.

Mas “a obra incomparavelmente mais famosa do São Tomé mítico”, enumera Holanda, “prende-se à abertura da grande estrada que, saindo da costa do Brasil, se alonga para o interior até ganhar o Paraguai nas vizinhanças de Assunção: a mesma que se fizera célebre com as entradas de Aleixo Garcia, Pero Lôbo, Cabeza de Vaca e tantos aventureiros castelhanos e lusitanos... Chamavam-lhe os do lugar Peabiru e Piabiyu, por outro nome Caminho de São Tomé ou do Pay Zumé...” Atribui-se ao padre jesuíta Antônio Ruiz de Montoya esta versão, dando a entender que a abertura do Peabiru foi obra do apóstolo.

Em termos arqueológicos, outra direção é apontada quanto à origem da trilha. O professor Ygor Chmyz, diretor do CEPA (Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - UFPR), trouxe à Pitanga uma contribuição científica sobre o Peabiru. Relembrando uma pesquisa que coordenou na década de 70, quando a soja ainda não havia se alastrado pelo Paraná, Chmyz relatou a descoberta, na ocasião, de sítios arqueológicos da etnia Jê ao longo de uma trilha com cerca de 30 quilômetros, próxima à cidade de Campina da Lagoa (PR). Baseado nos achados, o professor defende que a existência do Caminho precede os

índios guaranis e pode ser obra dos itararés, povos que ocupavam o sul brasileiro há pelo menos 10.000 anos.

Ygor Chmyz, ressaltando a complexidade de assuntos ligados ao Peabiru, comparou o que se conhece atualmente sobre o Caminho a “cegos numa sala, apalpando um elefante: cada um toca apenas um pedaço do bicho, e ninguém pode caracterizá-lo por completo”. Daí a necessidade de mais estudos, outros olhares e colaborações sobre o tema, o que o transforma num potencial campo de pesquisas para diversas áreas.

Antecipando-se a preencher esta lacuna do conhecimento, a FECILCAM (Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão) criou a pós-graduação, *lato sensu*, intitulada Especialização em Estudos e Pesquisas sobre o Peabiru. Aos alunos, serão oferecidas disciplinas como Arqueologia, Etnologia Indígena e Lingüística e Gestão em Turismo e Meio Ambiente. No rol de docentes, figuram, dentre outros, Ygor Chmyz e Rosana Bond. Como objetivo do curso, notadamente holístico, propõe-se “preparar profissionais com conhecimentos que possibilitem a compreensão do Caminho de Peabiru em seus aspectos cultural, geográfico, histórico, turístico, artístico, lingüístico, místico, ecológico e/ou outros”.

Peregrinações pelo interior do Paraná também começam a surgir como eventos concretos. Em junho de 2004, caminhantes percorreram cerca de 100 km, em 3 dias, passando por lugares que guardam possíveis evidências arqueológicas do Peabiru nos arredores de Pitanga. Organizada por Clemente Gaioski, a caminhada foi repetida este ano, entre os dias 26 e 28 de maio. O município de Campo Mourão também promoveu duas peregrinações. Recentemente, uma delas teve como destino a cidade de Fênix, antiga Villa Rica del Spiritu Santo, que foi base espanhola pelo Peabiru no século XVI

Virginia Rodermel, coordenadora do curso de Turismo da UniBrasil (Curitiba), apresentou no Encontro de Pitanga o Projeto de Desenvolvimento Turístico da Região Centro do Paraná. Uma análise a partir de critérios pré-estabelecidos, como atrativos naturais e infra-estrutura de hospedagem e alimentação, realizada em 14 municípios, aponta condições favoráveis ao aproveitamento turístico. Tal finalidade traria necessário alento ao centro-paranaense, conforme assinalou no evento Clemerson Merlin Cleve, diretor-

presidente da UniBrasil. Para Cleve, municípios historicamente deixados de lado pelos governantes podem ganhar, doravante, o destaque que merecem. “É uma conspiração dos deuses”, disse o diretor, entusiasmado.

Anexo I – Mapa da viagem

Detalhamento da viagem (de 07/02 a 03/04/2005)			
Dia	Distância (km)/ Tipo do terreno	Destino	Pouso
SANTA CATARINA			
1º	85 / asfalto	Praia dos Amores (Itajaí)	Casa de Gustavo e Xanda
2º	70,6/ asfalto, saibro com costelas, areiões	Barra do Itapocu	Garagem de um pescador (barraca)
3º	106,12/ asfalto, areia com costelas, chão batido	Schroeder	Barracão no fundo da igreja (barraca)
4º	65,68 (incluindo passeios por Jaraguá)/ asfalto	Corupá	Pesque & Pague Ano Bom (barraca)
5º	62,9 (incluindo visita ao Parque das Cachoeiras)/ chão batido, saibro com cascalho	Rio das Pacas	Barracão no fundo da igreja (barraca)
PARANÁ			
6º	86,69/ asfalto	Rio Negro	Colégio agrícola interno
7º	53,64/ asfalto	Lapa	Hotel Turislapa
8º	Repouso/ reportagens/ atualização do site	Lapa	Hotel Turislapa
9º	140/ asfalto	Carambeí	Parque de Exposições (barraca)
10º	64,95/ asfalto, chão batido	Pousada Fazenda Canyon do Guartelá	Casinha de lata na Pousada
11º	39,59/ subida do canyon, asfalto	Tibagi	Hotel Katito
12º	68,13/ asfalto, cascalho	Reserva	Colégio estadual
13º	114,3 (+ 50 de caminhonete)/ asfalto, chão batido, cascalho	Pitanga	Chácara de Clemente das Moças
14º	Repouso	Pitanga	Chácara de Clemente das Moças
15º	Visita a sítios arqueológicos	Pitanga	Chácara de Clemente das Moças
16º	Atualização do site	Pitanga	Chácara de Clemente das Moças
17º	112,18/ asfalto	Laranjal	Escritório abandonado da Laticínios Laranjal
18º	100,22/ asfalto, terra com cascalho	Ubiratã	Hotel São Paulo
19º	179,7/ asfalto	Medianeira	Casa de Marcelo Buzato
20º	Repouso	Medianeira	Casa de Marcelo Buzato
21º	Repouso	Medianeira	Casa de Marcelo Buzato
22º	65/ asfalto	Foz do Iguaçu	Hotel
23º	Passeios, reportagens	Foz do Iguaçu	Hotel San Remo
24º	Entrevistas	Foz do Iguaçu	Hotel Bella Italia
25º	Atualização do site	Foz do Iguaçu	Hotel Bella Italia
PARAGUAI			
26º	72,08/ asfalto, terra	Monumento	Monumento Moisés Bertoni

		Moisés Bertoni (Pdte. Franco)	(barraca)
27°	35,9 (terra) + ônibus de C. de Leste para Assunção	Assunção	Hotel Merilan
28°	Repouso	Assunção	Hotel Imperial
29°	Entrevista, reparos na bicicleta	Assunção	Hotel Armele
30°	Pesquisas na Biblioteca Nacional	Assunção	Hotel Armele
31°	75,88/ asfalto	Arroyos y Esteros	Salinha abandonada do Manduvira Estación de Servicios
32°	123,51/ asfalto	Guayaybi	Delegacia de polícia
33°	104,73 (+50 de caminhonete)/ asfalto	San Pedro de Ycuamandyyú	Casa de Jose Gualberto Gaona
34°	Repouso	San Pedro de Ycuamandyyú	Casa de Jose Gualberto Gaona
35°	Entrevistas, pesquisas	San Pedro de Ycuamandyyú	Casa de Jose Gualberto Gaona
36°	Viagem de ônibus	Concepción	Barco La Esperanza
37°	Viagem de barco	Rio Paraguai	Barco La Esperanza
38°	Viagem de barco	Fuerte Olimpo	Gramado no Palácio do Governo (barraca)
39°	Entrevistas	Fuerte Olimpo	Gramado no Palácio do Governo (barraca)
MATO GROSSO DO SUL			
40°	Viagem de barco (retorno)	Porto Murtinho	Barco La Esperanza
41°	Repouso	Porto Murtinho	Fundo de um quintal (barraca)
42°	71,3/ asfalto (Carona de caminhão até Jardim)	Bonito	Casa de Marcio Lima
43°	Atualização do site	Bonito	Casa de Marcio Lima
44°	Pendências no banco	Bonito	Casa de Marcio Lima
BOLÍVIA			
45°	Ônibus até Corumbá	Puerto Quijarro	Hotel
46°	Trem da Morte	Sta. Cruz de la Sierra	Trem da Morte
47°	78,38/ asfalto	Angostura	Alcaldia Municipal
48°	78,38/ asfalto	Samaipata	Calçada de grama (barraca)
49°	33,94/ asfalto (Carona de caminhão)	San Isidro	Beira do rio (barraca)
50°	20/ asfalto (Carona de caminhão)	Cochabamba	Força Aérea Boliviana
51°	Passeios	Cochabamba	Força Aérea Boliviana
52°	32,36/ asfalto (Carona de caminhão)	Caracollo	Alojamiento Panamericano
53°	103,26/ asfalto	Iru-K'asa	Abrigo de chão batido, casa de Rafael
54°	92,16/ asfalto	Crucero	Abrigo abandonado, teto semi-desabado
55°	44,14/ asfalto (Carona de caminhão)	Potosi	Alojamiento Urkupiña

Anexo 3 – Samba-enredo 2005 da Escola de Samba Consulado

*Pode aplaudir, cantar, sambar
Que a Consulado vai passar
Do Caieira vem essa magia
O Eldorado de Aleixo Garcia
E novamente aquele show de bateria*

*Hoje a minha Escola vem contar
Um fato novo da história
De um caraíba europeu
Que aqui viveu e suas glórias
Chegou à “Terra sem Mal”
Lugar igual nunca se viu
Um pedacinho de terra perdido
No sul do Brasil
Conquistou carióis e seus segredos conheceu
Trilhando Caminhos do Peabiru
Descobriu imperio divinal*

*Vou pedir passagem
Vou nessa viagem
Em busca de prata e ouro
Vista a fantasia
Caia na folia
Vermelho e branco é meu tesouro*

*Lagos, palácios, jardins
Riquezas de um povo ancestral
Incas de terras distantes
Que adoravam o sol
Santuário sagrado, cidade perdida
Hoje a Consulado mostra na Avenida*

Autores do enredo: Antônio Gracindo e Sandro de Oliveira
Autores do samba-enredo: Adriano do Cavaco, Carlão e Josué

Bibliografia

BIGG-WITHER, Thomas P.. *Novo Caminho no Brasil Meridional – A província do Paraná, três anos em suas florestas e campos (1872/1875)*. Curitiba, Livraria José Olympio Editora (UFPR), 1974.

BOND, Rosana. *A saga de Aleixo Garcia – o descobridor do império inca*. Rio de Janeiro, Coedita, 2004.

CARDOZO, Ramón I.. *La antigua provincia de Guairá y la Villa Rica del Espiritu Santo*. Buenos Aires, Librería y Casa Editora, 1938.

CEUPPENS, Henry. *Paraguay: Un paraíso perdido?....* Assunção, Editora Litocolor, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso – Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, 1969

LOZANO, Pedro. *Historia de la conquista del Paraguay, Rio de La Plata y Tucuman*. Buenos Aires, Casa Editora “Imprenta Popular”, 1873

MARTINS, Romário. *Bandeiras e bandeirantes em terras do Paraná*. Editora Guaíra Ltda, Coleção Caderno Azul.

MOSIMANN, João Carlos. *Porto dos Patos (1502-1582) – A fantástica e verdadeira história da Ilha de Santa Catarina na era dos descobrimentos*. Florianópolis, Estúdio 4 Editora Gráfica/ Fundação Franklin Cascaes (Prefeitura Municipal de Florianópolis), 1ª edição, 2002.

NETO, Luiz Romaguera. *Erro histórico & outros ensaios*. Curitiba, Imprensa Oficial, 2002.

QUANDT, Olavo Raul. *Peabiru, o caminho velho*. Joinville, Editora Letradágua, 2003.

Outras publicações

Brochura *Tape-Aviru – antiguos caminos de la gran nación guarani*. Vários autores (Maria Evangelista Troche de Gallegos e outros). Assunção, Secretaria Nacional de Turismo e Itaipu Binacional, 2004.

Revista *Cadernos da Ilha*, nº 1, 2 e 3. Florianópolis, Curso de Jornalismo (UFSC), 2002, 2003 e 2004.

Revista *História Viva. Dossiê Como a Espanha fez a América*. SÉDILLOT, René; VILAR, Jean; PÉREZ, Joseph e GALIMARD-FLAVIGNY, Bertrand. São Paulo, Editora Duetto, novembro de 2004

Revista *Geográfica Universal. Itaipu, crescimento de um gigante*. SOUZA, Juvenil; TDC, Humberto Carlos. Bloch Editores, dezembro de 1982

Ensaio *O rio Itapocu e sua importância histórica e o problema toponímico que oferece*. BARBOSA, José Alberto. In: Emílio Carlos Jourdan no centenário de seu falecimento, Eugênio Victor Schmöckel. Jaraguá do Sul, Gráfica e Editora CP, 2000

Relatório *Sobre as áreas e comunidades guarani afetadas pelas obras de duplicação da BR 101 no estado de Santa Catarina, trecho Garuva – Palhoça*. LADEIRA, Maria Inês; DARELLA, Maria Dorothea Post; FERRAREZE, João Alberto. Florianópolis, 1996